

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 25 DE MARÇO DE 2008

NÚMERO 5.868

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1880
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 018ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 19/03/2008.....2

Atos da Mesa

Atos da Mesa22

Publicações Diversas

Ata das Comissões
Permanentes23
Mensagens Governamentais.....
.....24
Projetos de Lei.....28
Portarias29
Redações Finais.....31

PLENÁRIO

ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Flávio Ragagnin - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Traz esclarecimentos sobre as obras na ponte de Navegantes na BR-101; comenta a vinda do presidente Lula a Florianópolis.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Relembra que três terminais urbanos na capital nunca foram utilizados e que comparecerá à cerimônia com a presença do presidente da República.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Defende o direito à aposentadoria daqueles que não têm carteira de trabalho assinada, mas contribuíram para a Previdência.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a visita do vice-prefeito e da vereadora Neusete Aparecida Maziero, de Correia Pinto.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Comunica a instalação da 3ª Vara da Comarca de São Miguel d'Oeste; comenta a visita do presidente Lula a Santa Catarina e as conquistas do seu governo.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Cumprimenta o presidente do PSDB de Vidal Ramos, presente no plenário.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Tece comentários sobre notícia veiculada pela imprensa de superfaturamento na manutenção de viaturas da Polícia Militar.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Aborda a vinda do presidente Lula a Florianópolis.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Procede à leitura de relatório de sua viagem a Cancun, no México.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Anuncia o início da entrega dos kits de material escolar pelo governo do estado; reporta-se à visita do presidente Lula a Florianópolis.

DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN (aparte) - Enfatiza a necessidade da criação da universidade pública no oeste catarinense.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Propugna pela unificação da data dos vestibulares das universidades públicas em todo país.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Comunica o casamento coletivo de 400 casais em Blumenau; reporta-se à construção da nova delegacia regional de Brusque.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (aparte) - Ressalta a importância do investimento público em segurança.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Registra a presença de João Bolão; revela seu pesar pelo falecimento de Zeca D'Acâmpora.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Enfatiza a presença do presidente da República em Florianópolis e elogia suas obras em favor dos desassistidos.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Ponte Alta.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Anuncia a presença do prefeito de São João Batista.

DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Relata sua viagem a nove municípios do oeste.

Ordem do Dia

DEPUTADO ROMILDO TITON - Discute o PL n. 0018/2008, que dispõe sobre a comercialização de bebidas alcoólicas nas rodovias de Santa Catarina.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Hipoteca apoio à emenda do deputado Romildo Titon ao PL n. 0018/2008, que dispõe sobre a comercialização de bebidas alcoólicas nas rodovias de Santa Catarina.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Apóia a emenda ao PL n. 0018/2008, de autoria do deputado Romildo Titon.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Discute o PL 0018/2008, que dispõe sobre a comercialização de bebidas alcoólicas nas rodovias de Santa Catarina.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Discute o PL n. 0018/2008, que dispõe sobre a comercialização de bebidas alcoólicas nas rodovias de Santa Catarina.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Esclarece por que PL de sua autoria não poderá ser votado.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Solicita autorização para assinar a Indicação n. 0073/2008, de autoria do deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Esclarece teor da Indicação n. 0073/2008, de sua autoria, e pede auxílio ao deputado Nilson Gonçalves junto ao governo do estado para sua consecução.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Reporta-se à Indicação n. 0076/2008, de sua autoria.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Solicita ser co-autor da Indicação n. 0076/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Solicita permissão ao deputado Marcos Vieira para assinar requerimento de cumprimentos pelo aniversário de vários municípios.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Pede aquiescência do deputado Dagomar Carneiro para assinar requerimento de sua autoria de cumprimentos pelo aniversário de vários municípios.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Sugere que a mensagem a ser enviada à família de Elisabete Anderle seja assinada pelos 40 deputados.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Solicita permissão para subscrever dois requerimentos de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Discute moção de sua autoria que solicita a paralisação da atuação de empresas que atuam na sub-bacia dos rios Chapecó e Chapecozinho.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Discute moção de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita a paralisação da atuação de empresas que atuam na sub-bacia dos rios Chapecó e Chapecozinho.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute moção de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita a paralisação da atuação de empresas que atuam na sub-bacia dos rios Chapecó e Chapecozinho.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Pede permissão para subscrever moção de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita a paralisação da atuação de empresas que atuam na sub-bacia dos rios Chapecó e Chapecozinho.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Discute moção de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita a paralisação da atuação de empresas que atuam na sub-bacia dos rios Chapecó e Chapecozinho.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Pede permissão para subscrever moção de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita a paralisação da atuação de empresas que atuam na sub-bacia dos rios Chapecó e Chapecozinho.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Discute moção de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita a paralisação da atuação de empresas que atuam na sub-bacia dos rios Chapecó e Chapecozinho.

Explicação Pessoal

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Manifesta-se acerca dos problemas causados pelas obras na ponte sobre o rio Itajaí, em Navegantes, na BR-101; ressalta o grande volume de obras em Joinville.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Lê e-mail do DNIT a todos os deputados sobre os problemas na ponte de Navegantes, na BR-101.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Lembra os aniversários de Florianópolis e São José; discorre sobre o Dia Mundial da Água.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Ressalta a importância de discutir com os agricultores a necessidade de preservar os mananciais aquáticos.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Refere-se à visita que o presidente Lula fará a Florianópolis; aborda o impasse entre o governo do estado e o movimento grevista dos professores da rede pública.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Comenta o aniversário dos municípios de São José, Florianópolis e Caçador.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Parabeniza Florianópolis e São José pelo aniversário.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Cumprimenta Florianópolis e São José pela passagem de mais um aniversário; aborda a precariedade da saúde pública em Santa Catarina.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Solicito ao sr. presidente desta Casa, deputado Julio Garcia, que presida a sessão para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos, conforme preceitua o Regimento Interno da Casa.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela nossa TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que nos dão a honra de acompanhar esta sessão ordinária na data de hoje.

Srs. deputados, quero comentar ainda sobre um assunto que foi pauta do discurso do deputado Kennedy Nunes, no dia de ontem, sobre os transtornos causados ao trânsito por causa das obras de recuperação da ponte que liga o município de Itajaí a Navegantes, passando pela BR-101, no sentido de que era inaceitável esse tipo de transtorno. Realmente, nós não gostaríamos que isso estivesse acontecendo, deputados Flávio Ragagnin e Silvio Dreveck, pois nós, que usamos a BR-101, assim como todos que usam a rodovia, não gostamos de ficar esperando numa fila.

Mas aqui quero fazer a defesa do DNIT, na pessoa do sr. João José, que tem feito um trabalho exemplar aqui no estado de Santa Catarina, nas obras de manutenção das nossas rodovias federais e nunca deixou, inclusive, de prestar esclarecimentos sobre as diversas indagações feitas àquele órgão.

Quero também salientar que eu, juntamente com o deputado Reno Caramori, que é presidente da comissão de Transportes e Obras desta Casa, estivemos *in loco* visitando aquela obra para tentar solucionar esse problema do tráfego, do congestionamento que vem acontecendo lá.

Mas, sras. deputadas, srs. deputados e público que nos acompanha, era necessário fazer aquela obra, porque há muito tempo não era realizado um trabalho de recuperação naquela ponte. Inúmeros parlamentares vieram a esta tribuna cobrar do governo federal a manutenção daquela ponte e agora isso está sendo feito, através de um trabalho artesanal. Fotografei o trabalho de diversos operários na ponte e falamos com os engenheiros responsáveis. É um trabalho realmente artesanal.

Srs. deputados, é claro que vai causar transtornos e por várias razões. A primeira delas, deputado Silvio Dreveck, e ontem à noite passei por lá e vi, é que a maioria dos veículos que estão no congestionamento são caminhões; e se há caminhões na estrada é porque há produção, quer dizer, o Brasil está produzindo, está exportando. A segunda razão é que a manutenção daquela ponte se faz necessária e isso vai causar, sim, um transtorno, mas será passageiro. Em maio a obra estará pronta para garantir a vida das pessoas que por lá passam e, inclusive, para salvar vidas.

Então, quero aqui pedir um pouquinho de paciência a toda a nossa comunidade. A Polícia Rodoviária Federal, o DNIT, as cidades vizinhas, Navegantes e Itajaí, todos estão preparados, juntamente com os seus agentes de trânsito, para tentar solucionar da melhor maneira possível esse transtorno, que é passageiro. E no final de abril ou início de maio isso vai acabar com a segurança e a manutenção desejada por todos nós.

Srs. deputados, quero dizer também que o maior problema das nossas rodovias não é só a questão da manutenção, mas também a velocidade que os veículos trafegam na BR-101. É lamentável ainda vermos tanta gente correndo. Eu, que faço aquele percurso quase todos os dias, vejo coisas que até Deus duvida.

Srs. deputados, o deputado Kennedy Nunes ontem fez um carnaval nesta tribuna, com todo o respeito e consideração que tenho por s.exa. Ele, por exemplo, não faz a travessia do continente para ilha! Eu fico de 40 a 50 minutos todos os dias na ponte Colombo Salles ou na ponte Pedro Ivo Campos. E vejam que as pontes não estão em manutenção! E como é que vamos solucionar esse problema, deputado Sargento Amauri Soares? E isso é todo santo dia! Tenho até pena das pessoas que moram no continente ou no município de São José, como é o caso de v.exa., como também das pessoas que moram na ilha ou os nossos visitantes! As pontes ficavam intransitáveis no horário da manhã e no final da tarde, mas agora está difícil em todos os horários que passamos e não estão fazendo manutenção!

O Brasil está crescendo e hoje precisamos entrar na fila de espera para adquirir um carro zero quilômetro, fila essa que é de três a quatro meses. Graças a Deus a economia do Brasil está bem! Mas temos que fazer investimentos no transporte coletivo de qualidade, e isso não foi pensado em nosso país. Precisamos de metrô, de trem, de transporte público de qualidade, o que é necessário para resolver o problema do tráfego entre as pontes Colombo Salles e Pedro Ivo Campos. Podem fazer mais duas ou três pontes que não vai resolver o problema! Ou então, srs. parlamentares, tirem o Centro Administrativo aqui da ilha. Eu acho que a capital do estado de Santa Catarina não pode mais ficar em Florianópolis, porque daqui a pouco vai ficar completamente intransitável com tanta gente que está vindo morar nesta ilha maravilhosa, com este povo acolhedor, mas que está com um trânsito insuportável!

Srs. deputados, quero convidar v.exas. e toda a população que nos acompanha para a chegada, amanhã, do presidente da República, o nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vem mais uma vez ao estado de Santa Catarina, como já veio inúmeras vezes, trazer os recursos. Então amanhã, srs. deputados e sr. presidente, dia 20 de março, quinta-feira, estaremos recebendo o presidente Lula com muita alegria, no terminal desativado do Saco dos Limões aqui próximo. O presidente Lula mais uma vez estará trazendo boas notícias para o estado de Santa Catarina, no sentido de que a economia do Brasil está crescendo.

(Passa a ler.)

"Continua o presidente Lula na sua jornada de construção de um novo Brasil, garantindo um período de crescimento com a distribuição de renda."

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não, mas rapidamente, deputado Professor Grando.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. falou da manifestação no terminal do Saco dos Limões, que está desativado. Mas ele nunca foi ativado, bem como o terminal do Jardim Atlântico e de Capoeiras. Trata-se de três terminais construídos com dinheiro público, para os quais até hoje não foi dado um destino ou qualquer utilidade.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Lamentavelmente, deputado Professor Grando! Mas amanhã o presidente Lula vai ativar esse terminal, porque lá vão estar milhares de pessoas, inclusive lideranças das 17 comunidades do Maciço do Morro da Cruz, que receberão as obras do Programa de Aceleração e Crescimento, PAC.

(Continua lendo.)

"Como exemplo, podemos citar os dados do Ministério do Trabalho divulgados ontem, que nos revelaram o melhor fevereiro de todos os tempos na geração de emprego formal no nosso país. Em fevereiro de 2008 foram gerados cerca de 205 mil novos empregos. Não existe melhor forma de diminuir as desigualdades sociais, srs. deputados, do que a geração de novos postos de trabalho.

Então, Lula estará amanhã em Florianópolis para assinar, no Saco dos Limões, no terminal desativado, deputado Professor Grando, a ordem de serviço das obras de reurbanização e humanização no Maciço do Morro da Cruz, obras que beneficiarão 17 comunidades carentes, que abrangem uma população de mais de 30 mil habitantes, srs. deputados."

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede mais um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Nós estaremos presentes no terminal do Saco dos Limões, pois queremos dar um abraço no nosso amigo Lula.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Que bom! Ficarei muito feliz com a presença de v.exa., pois fez um belo trabalho colocando ônibus naquelas comunidades.

(Continua lendo.)

"Os investimentos chegarão a mais de R\$ 50 milhões entre recursos dos governos federal, estadual e municipal."

Então, fico muito feliz, deputado Professor Grando e srs. parlamentares, porque o Brasil está crescendo, o presidente Lula está olhando pela nossa gente e fazendo a reorganização desses morros, há muito tempo esquecidos, principalmente aqui na cidade de Florianópolis, cuja população carente é bem visível, mas que estava invisível para as nossas autoridades.

Por isso, fica aqui o nosso convite para estarem presentes, amanhã, recebendo o nosso presidente da República.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sra. e srs. deputados, quero saudar também todos os telespectadores da TVAL, bem como os que nos acompanham através da Rádio Alesc Digital.

Inicialmente, quero saudar o presidente do PSDB da cidade de Lontras, Charles Cava, bem como o secretário do partido, Ademir Barbosa, e o Amauri, que estão aqui acompanhando os trabalhos desta Casa, no dia de hoje. Muito obrigado pelas suas presenças e também pela recepção que tivemos quando fomos a Lontras.

Queremos saudar aqui uma senhora que hoje pela manhã nos trouxe um questionamento muito importante sobre a Previdência. Na verdade, muitas pessoas pagam a Previdência e por isso têm direitos. Só que elas não sabem que possuem determinados direitos. Um desses grupos é aquele formado pelos empregados da construção civil. Não existe nenhuma casa, nenhuma construção, nenhum prédio, a não ser que seja com a convivência do poder público, cujo patrão não pague os encargos sociais da Previdência, pois para poder averbar a obra é necessário pagar o INSS da construção civil, ou seja, tem que pagar o dito INPS do pedreiro, do electricista, do encanador, enfim, de todos aqueles que participaram da construção daquela residência ou daquele prédio.

Então, pedreiro frio, pedreiro que não paga o INPS, porque há muitos, e que hoje não têm direito de se aposentar, na verdade, é uma grande mentira, porque o dono da casa, o dono do prédio é obrigado a pagar a Previdência, mesmo que tenha feito com tudo frio, sem tirar nota do cimento, do ferro, do serviço do pedreiro, sem ter nenhuma nota. Na hora em que vai registrar, ele precisa pagar o INPS da mão-de-obra que construiu aquele prédio.

Por isso, no meu entender, não existe pedreiro frio, não existe encanador que não paga o INSS, pois é obrigado a ser pago para ser averbado o imóvel. No entanto, quantas pessoas, na hora de se aposentar, não têm, infelizmente, direito porque não têm aquela carteira assinada.

Por isso, deputada Ana Paula Lima, na época em que fui deputado federal, durante dez anos apresentei um projeto de lei para que todo cidadão, ao completar 65 anos, independentemente ter contribuído sobre um, dois ou sobre nenhum salário mínimo, que não conseguisse comprovar a sua participação, automaticamente tivesse o direito de se aposentar com um salário mínimo.

Espero que nessa reforma tributária a intenção seja desonerar a folha de pagamento, e a primeira desoneração começa exatamente em cima da cobrança das taxas sociais. E a principal é o INSS, dando direito a todos de poderem aposentar-se com um salário mínimo a partir, conforme o projeto, de 65 anos. Com isso, automaticamente estaríamos desonerando a folha de pagamento e facilitando a geração de empregos.

Cito esse caso porque, infelizmente, hoje muitas pessoas que procuram o INSS para se aposentar não conseguem a aposentadoria pelo fato de não terem pago o INPS. Na verdade, 65% da arrecadação da Previdência Social vêm da cobrança do lucro das empresas, vêm de uma porção de cobranças indiretas que não o pagamento do carnê, que não o pagamento do INSS. Ou seja, 65% daquilo que ganha a maior parte das pessoas que hoje está aposentada não é referente àquilo que pagou diretamente e sim referente àquilo que pagou indiretamente, na hora em que comprou o café, o açúcar, o arroz, o feijão, na hora em que comprou o cimento, na hora em que fez a sua casa. Naquela hora todo mundo pagou e pelo menos 65% de todo o dinheiro que hoje chega ao aposentado ou que chega ao governo para a manutenção da Previdência vêm de cobranças indiretas, que não aquelas feitas em cima do carnê ou da folha de pagamento.

Então, falta só um pouquinho para chegar aos 100% e, digamos, para desonerar completamente da folha de pagamento a cobrança do INSS, parte essa que é cara para as empresas, para a população.

Mas o pior é que muita gente fica de fora. Quantas mulheres, já avós, com 70, 75 anos, quando seus filhos já constituíram também a sua família, poderiam receber a sua aposentadoria e com esse dinheiro poderiam sustentar-se, comprar presentes para os netos, enfim, poderiam ter a sua independência, sentir-se gente. Infelizmente não podem porque não recebem essa aposentadoria da Previdência.

Então, vejo isso como uma esperança e eu espero muito que aconteça a reforma da Previdência.

Mudando um pouco de assunto, hoje tive uma alegria grande. Comentei aqui, nesta semana, que nós temos uma fila enorme de pessoas que não têm dinheiro para pagar a cirurgia de vesícula, mas que precisam, digamos, fazer essa cirurgia, que é tão simples hoje, pois o médico só faz quatro furinhos na barriga do paciente, que cinco dias depois recebe alta para trabalhar, mais ou menos como se tivesse tirado uma unha da mão, porque se fosse do pé, não daria para calçar os sapatos.

Então, a videocirurgia da vesícula é uma realidade tão grande que muitos médicos já se negam a cortar a barriga do paciente para tirar a vesícula, pois entendem que é uma agressão desnecessária.

Existem diversas outras cirurgias que também podem ser feitas por videocirurgia e aí a recuperação do paciente é muito rápida, pois no máximo em dez, 15 dias ele já poderá trabalhar novamente. E essa é uma vantagem grande para a empresa, para o paciente, que sofre uma agressão cirúrgica menor, é uma vantagem enorme para o sistema previdenciário, porque não precisa ficar três meses pagando-lhe. Ao contrário, em vez de pagar, é o cidadão que continua trabalhando, gerando renda e receita para a Previdência.

Então, se o sistema público de saúde, hoje, não pagar essas cirurgias por vídeo estará trabalhando contra o patrimônio nacional, além de estar trabalhando contra a sensibilidade e contra o desenvolvimento da ciência!

O dr. Lester nos informou, numa audiência de que participamos com o secretário Dado Cherem, que está preparando para os próximos dias, deputado Jailson Lima, seguramente para a semana que vem ou para a próxima semana, uma licitação para que empresas que produzem material de vídeo cedam-nos em comodato para serem instalados nos hospitais públicos, a fim de que se possa realizar essas cirurgias.

Então, a secretaria da Saúde nem precisaria comprar o aparelho, bastaria alugar, pagando um valor por mês, um valor por procedimento e assim facilitar a vida de muita gente.

Muito obrigado, sra. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, eu queria registrar a visita a este Parlamento do vice-prefeito do município de Correia Pinto, sr. Casimiro de Liz, e também da vereadora Neusette Aparecida Maziero.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam muito bem-vindos a nossa Casa Legislativa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, deputada Odete de Jesus, srs. deputados, trago presente à tribuna, na tarde de hoje, um pouco do trabalho parlamentar que estamos desenvolvendo nas diferentes comunidades do interior do estado de Santa Catarina. E nesse sentido, quero trazer presente uma luta de vários anos, histórica, que diz respeito à Justiça na região oeste do estado.

Estivemos, no início desta semana, participando de uma audiência com o presidente do Tribunal de Justiça, dr. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, que tratou de diversos assuntos, juntamente com outros companheiros que lá estavam, e entre os assuntos foi discutida a instalação da 3ª Vara da Comarca de São Miguel d'Oeste. Essa busca, esse interesse, diga-se de passagem, já vem de longa data, no sentido de, além de agilizar o andamento dos processos, fazer com que a Justiça esteja mais próxima do cidadão e da cidadã do interior do estado.

O desembargador nos informou que há algum tempo vem tratando do assunto e que, no mais tardar, no início de 2009 deverá realizar a implantação da 3ª Vara da Comarca de São Miguel d'Oeste, que além de atender a demanda antiga de lideranças daquela região, atenderá também o pedido insistente de vários setores da sociedade e, mais propriamente, da população.

Mas aproveitamos também a ocasião para saudar aqui a nossa senadora Ideli Salvatti, que se encontra em nosso plenário, desejando-lhe boas-vindas e parabenizando-a pelo importante trabalho que desempenha na liderança do governo no Senado Federal.

Também queremos cumprimentar e parabenizar o presidente do Tribunal de Justiça pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo naquela instituição importantíssima e pela iniciativa de constituir diferentes câmaras regionais, que irão facilitar o acesso da população à Justiça. Acho que isso representa um passo extremamente importante para toda a região oeste e, especificamente, para São Miguel d'Oeste.

Além disso, quero aproveitar este momento para lembrar novamente que a vinda do presidente Lula, do PT, ao estado de Santa Catarina traduz-se num momento extraordinário pelo fato de o nosso país estar vivendo, hoje, um dos melhores momentos de toda a sua história, de toda a sua caminhada. E isso não é pouca coisa, porque se fundamenta exatamente em cima das diferentes políticas públicas que o governo Lula vem implementando no dia-a-dia de sua caminhada, no dia-a-dia de sua administração. O que aconteceu no Rio de Janeiro está acontecendo aqui na capital, em Florianópolis, que é o atendimento a uma das camadas historicamente marginalizadas, discriminadas, que não teve, em momento algum, oportunidade de acesso a políticas públicas.

Portanto, o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, destina para essa atividade no Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis, R\$ 47 milhões, consistindo-se numa opção estratégica e fundamental do nosso presidente para aqueles que mais precisam do estado. Aliás, o estado só tem uma razão de existir, que é cumprir a sua função de atender aqueles e aquelas que não têm oportunidade, que não têm vez, que não têm voz na sociedade da qual fazemos parte.

Assim, com muita competência, num processo lento e gradativo, o presidente Lula vem implementando esse programa por todo o nosso país. Ele retorna aquilo que é recolhido através de impostos e de tributos para as classes menos favorecidas da sociedade.

Por isso, srs. parlamentares, trata-se de um momento extremamente importante, porque não são somente esses recursos que serão destinados para essa camada da nossa população, são inúmeras as políticas públicas que vêm sendo implementadas por todos os estados do nosso país.

Eu enumerei, no dia de ontem, várias para as quais o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, aloca R\$ 504 bilhões, dando condições para que o país possa ter estrutura suficiente para bancar o crescimento que ocorre no dia-a-dia do povo brasileiro.

Portanto, eu quero deixar aqui registrada a vinda do presidente Lula mais uma vez ao estado de Santa Catarina, desta feita à capital do estado, Florianópolis, trazendo recursos do PAC para o importante programa de reurbanização do Maciço do Morro da Cruz.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

Esta Presidência gostaria de agradecer a presença da senadora Ideli Salvatti, que está visitando o Parlamento catarinense, que trouxe as boas novas da vinda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva amanhã, à capital do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente e srs. deputados, gostaria de cumprimentar o presidente do PSDB de Vidal Ramos, Henrique Duarte Júnior, que está acompanhando os nossos trabalhos no dia de hoje.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sra. presidente.

Sras. deputadas e srs. deputados, a minha fala de hoje está baseada no relatório do Tribunal de Contas do Estado do ano de 2006.

Antes de fazer alguns comentários, não posso deixar de falar sobre a relevância desse relatório, que foi elaborado pelos técnicos, assinado pelo presidente, sr. José Carlos Pacheco, e pelos conselheiros Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Moacir Bertoli, Salomão Ribas Júnior, César Filomeno Fontes, pela conselheira substituta Sabrina Nunes Icken e pelo sr. Mauro André Flores Pedrozo, que é o procurador-geral do Ministério Público, em exercício, junto ao Tribunal de Contas.

Esse relatório, deputado Flavio Ragagnin, traz-nos informações sobre a gestão financeira do governo do estado no exercício de 2006. E é importante que a população catarinense que nos assiste neste momento tenha a oportunidade de receber essas informações, porque todos nós, deputados, estamos aqui para informar acerca das ações e realizações do governo do estado.

Parlamentares da base governista atuam na informação das realizações, mas também temos o dever de informar sobre a gestão financeira do estado de Santa Catarina, até porque é uma preocupação não só dos parlamentares, mas de toda a população catarinense saber para onde vai o seu dinheiro, como é aplicado e qual é o futuro do estado, no que diz respeito à gestão financeira.

Vou-me permitir ler algumas informações que penso ser da maior importância que os catarinenses tomem conhecimento.

(Passa a ler.)

[...]

Em 2006 o Orçamento do estado tinha R\$ 135,2 milhões previstos para obras definidas pela população. No bolo total de gastos do Estado, que chegou a R\$ 7,88 bilhões, o valor já era pouco significativo, representando menos de 2% da despesa total do ano. Os gastos efetivamente pagos foram ainda menores, de R\$ 24,2 milhões - ou 0,31% da despesa.

A análise feita pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE) revela que a construção de um hospital em São Miguel d'Oeste, orçada em R\$ 44,1 bilhões, recebeu R\$ 3,37 milhões. Já a implantação de um serviço de oncologia, definido em outra audiência pública e avaliado em mais de R\$ 40 milhões, não recebeu recurso algum.

A seu favor o governo pode dizer que a situação anda difícil e que o dinheiro está curto para cobrir todos os gastos. De fato, pelo que se vê no resultado da execução orçamentária catarinense, as despesas estão mesmo superando as receitas.

No ano passado, o governo catarinense teve receitas de R\$ 7,84 bilhões e despesas de R\$ 7,88 bilhões. Resultado: nos 12 meses, o déficit orçamentário foi de R\$ 40,23 milhões."

Vejamos outros aspectos. Já vimos que em 2006 a despesa foi maior do que a receita em R\$ 40 milhões, deputado Flávio Ragagnin.

(Continua lendo.)

"A auditoria confere ainda a infração à LRF

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 42, estabelece regra para o encerramento de mandato e de exercício. Ela não permite ao titular do poder ou órgão assumir despesas nos dois últimos quadrimestres do fim do mandato sem que existam recursos financeiros suficientes para liquidar as obrigações contraídas.

Para acompanhar o cumprimento da norma, é feita uma análise financeira relacionada à gestão fiscal do Poder Executivo. É um processo diferente daquele que avalia se há déficit financeiro feito com dados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consolidada de todos os órgãos e entidades vinculados ao Orçamento do estado.

Para os fins da LRF, examina-se a suficiência ou insuficiência financeira. A análise dos técnicos do TCE demonstrou que no final de 2006 o governo do estado não tinha dinheiro suficiente para quitar todas as suas dívidas, principalmente as contraídas a partir de maio. A diferença entre recursos a receber e contas a pagar foi de R\$ 193,72 milhões, ocorrendo assim a chamada insuficiência financeira, apurada por meio do demonstrativo da disponibilidade de caixa apresentado pelo Poder Executivo estadual.

Em virtude dessa constatação, por sugestão do relator do processo das contas, o Tribunal Pleno autorizou a realização de uma auditoria específica."[sic]

Srs. deputados e sras. deputadas, a constatação, mais uma vez, é de que no ano de 2006 o governo do estado não cumpriu a Lei Orçamentária, porque gastou R\$ 40 milhões a mais do que arrecadou. E pior, foram R\$ 193 milhões de déficit por conta do que teria que pagar no final do exercício porque era fim de mandato, e nós sabemos que a Lei de Responsabilidade Fiscal é rígida. Nós sabemos, pois fomos prefeito, que se não cumprirmos a Lei de Responsabilidade Fiscal certamente sofreremos penalidades. E lamentavelmente o governo do estado não cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu espero que o governo, no exercício de 2007, possa ter-se recuperado e cumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Orçamentária, porque senão para que fazer a lei, deputado Pedro Baldissera? Para que existe a lei se não é para ser cumprida? Para que fazer Orçamento se não se gasta dentro dele? Para que existe a Lei de Responsabilidade Fiscal se não é cumprida?

Mas quero também aproveitar essa oportunidade para registrar que o nosso município vizinho, São José, está comemorando 258 anos. Assim, por conta do seu aniversário queremos deixar aqui o nosso registro de agradecimento àquela cidade, que serve de acesso para chegarmos a nossa Florianópolis, que é a capital catarinense.

Parabéns à população de São José, parabéns a todos pela cidade pujante, que representa muito bem Santa Catarina.

Muito obrigada, sra. presidente.
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sra. presidente.

Srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidores e servidores públicos que nos acompanham, demais pessoas que estão nesta sessão.

Falamos ontem sobre a questão do superfaturamento para manutenção das viaturas da Polícia Militar, fatos que vinham ocorrendo aqui na capital, no 4º Batalhão, que foram noticiados na segunda-feira, pela RBS TV e ontem, pelo jornal *Diário Catarinense*. A matéria da RBS TV, inclusive, mostrava o soldado, um policial militar fardado e a respectiva nota. Na hora em que estava assistindo à matéria eu tive uma preocupação: vão procurar saber quem é esse soldado, por que ele fez isso e ele vai responder inquérito policial militar por ter denunciado uma irregularidade. É irregularidade, está na matéria divulgada pela imprensa e está comprovada.

Aqueles documentos, aquelas provas apresentadas pela RBS e pelo *Diário Catarinense* comprovam suficientemente que houve uma irregularidade. E eu falava ontem desta preocupação que um IPM, Inquérito Policial Militar, que foi instaurado, ao invés de procurar levantar efetivamente os detalhes das irregularidades e responsabilizar, denunciar, os agentes, os fraudadores, os corruptos, buscasse criminalizar o soldado que denunciou. Mas não é exatamente isso que está acontecendo? O soldado Alexandre, do 4º Batalhão, já foi trocado de função, transferido de local de atividade e as informações que trazem aqui é de que será punido e o que vier será agravado.

Então, quero cobrar aqui do comandante geral da instituição, da Corregedoria-Geral da Polícia Militar que atentem também para essa questão específica do 4º Batalhão, porque como policial militar e como deputado desta Casa Legislativa eu quero vir aqui esclarecer a população sobre o que aconteceu.

Como policial militar que sou, não posso esperar ou deixar na conta do esquecimento, na conta dos esquecidos, uma denúncia tão grave de corrupção. Não posso permitir que essa denúncia fique apenas como mais um acontecimento em que dizem que aconteceu, mas ninguém prova nada, ninguém é responsabilizado.

Eu creio que o comandante geral da Polícia Militar, coronel Eliésio Rodrigues, e as autoridades responsáveis pela segurança no estado de Santa Catarina buscarão instituir um Inquérito Policial Militar que efetivamente investigue o que estava ocorrendo, se é o empresário o responsável por ter superfaturado as notas, se há alguma pessoa, alguma autoridade dentro da instituição responsável que conhecia ou que era conivente, que participava, quem era o corrupto e quem era o corruptor, ou se aquilo tudo que a sociedade pôde acompanhar foi uma simples impressão; se é comum o poder público e Polícia Militar pagarem, no mínimo, 50% a mais do que custaria um serviço para qualquer pessoa, para qualquer um de nós, qualquer particular.

Precisa haver uma explicação para a sociedade. Eu quero dar essa explicação e estou requerendo ao Comando-Geral e a toda a instituição essa resposta, para que efetivamente haja uma explicação condizente com o respeito que a nossa instituição merece.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e amigos que nos assistem, que nos acompanham, quero dizer que eu estava escutando o pronunciamento da deputada Ana Paula Lima e, se s.exa. me permitir, gostaria de endossá-lo e dizer que graças a Deus nós temos um presidente que sofreu, que foi atuante na sua vida profissional e que passou por diversas experiências. Quando a pessoa tem experiência, já conviveu com a necessidade do pobre, do desassistido e tem o poder e a caneta na mão, vai poder desenvolver os programas necessários.

Eu estava observando quando v.exa. salientou que o presidente Lula estará conosco amanhã desenvolvendo um projeto no Maciço do Morro da Cruz que irá atender 17 comunidades carentes. Eu posso afirmar para v.exa. que ele vai trazer alegria para os desassistidos! Com esses R\$ 47 milhões que virão para cá, conforme manifestou o deputado Pedro Baldissera alguns minutos atrás, serão feitas melhorias para aquelas comunidades, como o melhoramento das escadarias, para que possam ter melhor acesso; a melhoria na infra-estrutura de água e esgoto, porque essa é uma questão de saúde pública, além da pavimentação, da drenagem e da construção de muros de contenção.

Eu tenho certeza de que aquelas comunidades estão festejando, porque alguém olhou por aqueles menos favorecidos. E nós somos os representantes legais dessa classe que muitas vezes é discriminada. Muitas donas-de-casa do Maciço do Morro da Cruz são mulheres que trabalham na faxina e que precisam deixar os seus filhos na creche o dia todo para poderem levar o sustento para dentro de casa.

Então, a vinda amanhã do presidente Lula e da senadora Ideli Salvatti, que já esteve neste Parlamento, foi uma excelente deputada, muito atuante, trará muito alegria. A bancada do Partido dos Trabalhadores lá estará presente, assim como esta deputada do PRB, porque nós estamos governando este Brasil juntos, estamos na vice-presidência sob a direção do nosso amigo José Alencar e torcemos para que este país ande melhor, deputado Genésio Goulart.

Para nós, amanhã, será um momento feliz, será um presente de Páscoa que o presidente trará para essas comunidades que tanto necessitam.

Domingo é o dia da Ressurreição e essas famílias vão poder festejar.

Muito obrigada e que Deus abençoe a todos!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. deputada e srs. deputados, oportunamente, vou-me pronunciar a respeito do presidente Lula, a quem há horas que eu amo e horas que eu odeio. Mas hoje quero ater-me à viagem que fiz ao México, na semana passada. Vou prestar esclarecimentos e fazer um relatório da minha participação na Confederação Parlamentar das Américas, que aconteceu na cidade de Cancun, no México.

Para que não sabe, a Confederação Parlamentar das Américas é uma organização que congrega os Congressos e as Assembléias Parlamentares dos estados unitários, federais, federados e associados, os Parlamentos Regionais e as Organizações Interparlamentares da América.

(Passa a ler.)

"Esse encontro foi realizado na cidade de Cancun, no México, e teve a participação de 80 parlamentares representando 33 Casas Legislativas e 16 países da América.

Recebemos o convite, através da comissão do Mercosul, e entendemos que deveríamos integrar a comitiva brasileira formada por componentes da Unale - União Nacional dos Legisladores -, quais sejam: o seu presidente, deputado Alexandre Postal, e os deputados Alencar Silveira, do Rio Grande do Sul; Cezar Halum, do Tocantins; Cláudio Meirelles, de Goiás; Luiz Schafer, do Acre; Wilber Coimbra, de Rondônia; e a deputada Cidinha Campos, do Rio de Janeiro.

A abertura do evento foi feita pelo governador do estado de Quintana Rôo, sr. Félix Gonzalez Couto, ficando a direção dos trabalhos a cargo do presidente da Copa (Confederação Parlamentar das Américas), senador Carlos Gimeñes Macías. Os principais temas discutidos no encontro foram questões relativas à mudança climática e suas consequências, desenvolvimento sustentável, integração e segurança regional, imigração e o conflito envolvendo Colômbia e Equador.

O tema mudanças climáticas foi apresentado pelo professor Francisco Estrada Perrua, do Centro de Ciências da Atmosfera e membro do Grupo Intercontinental, que concorreu, em 2007, ao Prêmio Nobel da Paz. Fez uma descrição catastrófica sobre o problema climático no mundo, especialmente na América, citando, nominalmente, os Estados Unidos como o maior poluidor do planeta, seguido da China. Deu ênfase à necessidade urgente da redução das emissões de gases de carbono na atmosfera. Citou como avanço o acordo de Kyoto, em que os países desenvolvidos se comprometeram em diminuir as emissões de gases em 5,5% até 2012. Segundo seu entendimento, o mundo terá que procurar alternativas através de energia eólica, hidrelétrica, biomassa, etc. Neste aspecto, o Brasil está bem à frente de seus irmãos americanos, evidentemente, com exceção dos Estados Unidos e Canadá.

O convidado a falar de Integração e Segurança Regional frisou a necessidade urgente de conter a escalada do crime organizado na região através de seus respectivos Parlamentos, que podem ajudar a conter essa escalada do crime aprimorando as leis já existentes e pressionando os seus governos a fazerem um combate mais intenso a esse tipo de atividade, pois em muitos países estão formando verdadeiros governos paralelos.

A questão da integridade das nações foi tema amplamente discutido, especialmente depois do episódio envolvendo Colômbia e Equador. Frisou também a necessidade do fortalecimento maior dos Parlamentos, que são os verdadeiros estelios da democracia. E isso se faz através das conferências, dos grupos de trabalho e de outros mecanismos que acabam fortalecendo seus princípios de independência em relação aos governos estabelecidos, para que se possa, efetivamente, consolidar a democracia no continente americano.

O deputado federal Nilson Mourão fez uma defesa apaixonada do presidente Hugo Chávez." O deputado federal Nilson Mourão é nosso compatriota da Câmara Federal, e eu não agüentei e solicitei um aparte ao deputado. "Não concordei com ele por entender que aquele não é o sentimento da maioria do povo brasileiro. Disse-lhe, e também a quem quisesse ouvir, que queremos e defendemos a integridade das nações não só contra qualquer invasão militar, mas também contra a invasão ideológica. Defenderemos sempre o princípio da não-intervenção nos assuntos internos de outro país. Falei isso lá e falo onde eu estiver, pois estarei sempre defendendo esse princípio!

Outros temas, como educação e imigração, também foram objeto de debate.

Por fim, na conclusão dos trabalhos foram feitas as seguintes deliberações:

1 - Formar uma comissão de parlamentares da Copa para estar como observadora na reunião da OEA, que aconteceu há dois dias - e já estiveram lá os representantes da Copa.

2 - Formar um grupo de trabalho para atuar como observador na eleição presidencial do Paraguai.

3 - Aprovação também, com restrição do Suriname, de um pedido dos EUA para a criação de uma secretaria em seu país - como as já existentes em Quebec, México e Brasil -, e provisoriamente será um escritório.

4 - Subscrever manifesto condenando a invasão do Equador e também os seqüestros feitos pelas Farc."

Infelizmente, não vou poder terminar o meu relatório porque o meu tempo já se esgotou. Mas acredito que v.exas. entenderam o que eu quis passar aqui sobre aquilo que foi debatido.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Sr. deputado Nilson Gonçalves, o horário seguinte é do PMDB e permito que v.exa. utilize dois minutos do nosso horário, se houver a aquiescência da nossa presidente e da Mesa Diretora.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Concedo mais dois minutos para o deputado Nilson Gonçalves concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Agradeço, especialmente ao PMDB, na pessoa do meu querido amigo deputado Herneus de Nadal.

(Continua lendo.)

"Enfim, ficou também estabelecido que a próxima conferência será na cidade do México, de 27 de maio a 1º de junho próximo, quando estarão em pauta, entre outros assuntos, a Alca, a integração da Copa com a Fipa, que é outro órgão quase idêntico ao Copa, a integração maior dos Parlamentos, a educação na América e o estatuto da entidade."

Estou entregando este relatório a cada um dos membros da comissão do Mercosul e também ao sr. presidente. Anexei também nesse relatório fotocópias de algumas matérias que foram veiculadas em jornais mexicanos durante o evento. Eu fiz questão de recortar e tirar fotocópias delas para que os senhores tenham o entendimento da importância que esse encontro teve na cidade de Cancun, no México.

Sai de lá com o meu espírito parlamentar fortalecido e entendendo, de maneira muito substancial, que a efetivação de uma democracia forte passa forçosamente por um Parlamento forte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Herneus de Nadal, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sra. deputada Ana Paula Lima que, na condição de vice-presidente, dirija a presente sessão; sra. deputada Odete de Jesus e srs. deputados, já teve início a distribuição do material escolar para os alunos de 1ª a 8ª séries. O governo do estado, através da secretaria da Educação, está distribuindo 450 mil kits de material escolar, que vão beneficiar, que vão atender o mesmo número de alunos. Esse material, com certeza, serve de estímulo e incentivo para que possamos manter os estudantes dentro das salas de aula.

O investimento, srs. deputados, da ordem de R\$ 5 milhões dedicados à escola pública de nosso estado, é fundamental para que os alunos, os nossos filhos, possam, a partir da base, do fundamento, deputada e professora Odete de Jesus, obter o conhecimento necessário para depois, no ensino médio, com o incentivo que se dá agora, poderemos evitar um número tão grande de evasão.

Quando olhamos o ensino superior, vemos que o nosso país e o nosso estado têm um percentual extremamente reduzido, que é apenas um número muito ínfimo da nossa população que consegue cursá-lo. Por isso o mesmo incentivo que é dado à escola pública precisa, e deve, ser dado também àqueles que procuram no ensino de graduação, na universidade, o complemento de sua formação para que tenham a possibilidade de desfrutar de condições mínimas de qualidade de vida e de conforto, em um mercado de trabalho no qual as vagas são escassas, a briga é renhida, é difícil se obter um espaço e fazer com que portas sejam abertas para os nossos cidadãos e as cidadãs.

Por isso é importante que desde o início se possa incentivar e fazer com que os alunos tenham apego e dedicação à educação em nosso estado e, por que não, também nos demais estados e no nosso país.

Nós estamos, sras. deputadas e srs. deputados, numa expectativa muito grande com a vinda do sr. presidente da República ao nosso estado no dia de amanhã, para que possamos discutir, deputado Pedro Baldissera, esses assuntos. E v.exa. tem sido um homem determinado na busca de soluções para o ensino superior em todas as regiões do estado, mas especialmente na nossa região extremo oeste.

Em todo o estado, mas especialmente na região oeste, temos um modelo diferente de ensino superior. Nas nossas universidades comunitárias, deputado Flávio Ragagnin, quem sabe tenhamos um modelo para oferecer ao nosso país.

Nós, infelizmente - e não é de agora, não é nenhuma observação ao atual governo, ao atual presidente -, ao longo de tantos e tantos anos, só conseguimos uma única conquista com relação ao ensino superior quando se fala na União, que foi a nossa Universidade Federal aqui em Florianópolis. E ela não tem vagas suficientes para atender toda a demanda gerada nas mais diversas regiões do nosso estado.

Por isso mesmo é que a nossa expectativa é que amanhã, quem sabe, o sr. presidente possa anunciar, como já foi comentado, ações positivas com relação ao ensino superior em nosso estado.

Os Cefets lá no oeste e extremo oeste de nosso estado, em parceria com as nossas prefeituras, com o próprio estado e o governo federal, dão alento à nossa região. Mas precisamos também gerar vagas e oportunidades para aqueles que não têm condições de arcar com as mensalidades, que são os alunos trabalhadores, para que tenham acesso à gratuidade. Essa gratuidade pode ser dentro das universidades comunitárias, com a participação do art. 170, nesse modelo já consagrado que contempla 250 mil estudantes e que tem 40 mil vagas ociosas por falta de condições financeiras dos nossos alunos de fazer frente ao pagamento da mensalidade. A gratuidade pode ser também através da parceria com o governo federal, que implantaria mais universidades em nosso estado ou estabelecería uma relação próxima onde já existe a universidade comunitária, onde já existe o *campus*, a reitoria, o laboratório, enfim, toda a instalação física, toda a infraestrutura, somando esforços e racionalizando os recursos para atender o maior número possível de estudantes.

Dessa forma poderemos cumprir um dos grandes compromissos de cidadania com a nossa população, para que o acesso ao ensino superior também possa dar-se com muito incentivo. Quem sabe seja até, srs. deputados, uma utopia, mas os sonhos precisam de fato ser construídos com os pés no chão, é verdade, para que possamos, talvez, no ensino médio contar com o mesmo número de alunos que estão no ensino fundamental e que no ensino superior não fiquemos limitados a menos de 5% da comunidade escolar. Todos deveriam ter a oportunidade e a condição de desenvolver sua capacidade intelectual e dessa forma ser úteis à sociedade, ao meio em que vivem, em que trabalham, em que produzem, promovendo o crescimento individual e intelectual, a fim de podermos continuar, srs. deputados, a alcançar os índices de crescimento e de desenvolvimento que são uma realidade, hoje, em Santa Catarina.

O crescimento em nosso país foi de 5,4% em 2007, portanto, expressivo, mas em Santa Catarina foi ainda maior. O nosso estado teve no setor agropecuário um crescimento extraordinário, deputado Flávio Ragagnin, sendo de 15% no setor primário. Isso é muito importante para que o nosso estado continue dando oportunidades de aperfeiçoamento, de conhecimento, de avanço científico, tecnológico e de pesquisa nessa área, a fim de que ser esse destaque que somos, não só para o Brasil, mas para o mundo, quando exportamos alimentos.

O Sr. Deputado Flávio Ragagnin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Concedo com muita alegria e com muito prazer um aparte a v.exa, que chegou aqui de mansinho e foi conquistando todos nós com sua determinação e sua vontade de trabalhar.

O Sr. Deputado Flávio Ragagnin - Muito obrigado, deputado.

Quero, deputado Herneus de Nadal, fazer coro às suas colocações quanto à questão do ensino superior gratuito, no que se refere à Udesc e à universidade federal para o oeste de Santa Catarina.

Para ilustrar a sua posição, numa sala de aula, em Seara, dos 36 vestibulandos aprovados somente quatro alunos vão poder fazer faculdade porque os outros não têm recursos.

Então, quero solidarizar-me com v.exa, pois acho que é um problema social muito grande. E em se tratando de ensino superior no oeste catarinense, é efetivamente uma necessidade imperiosa. Assim, faço coro as suas palavras e parabeno v.exa. pelas colocações.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Agradeço a manifestação de v.exa. e incorporo-a neste meu modesto pronunciamento.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Ouço, com muita satisfação, o deputado José Natal, que é sempre vibrante, com muita energia e com muita veemência.

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, deputado Herneus de Nadal.

Quero dizer que concordo plenamente com suas palavras, da mesma forma que colocou o deputado Flávio Ragagnin, pois a grande questão neste país é que os problemas sempre vêm à tona na época da política. Ou melhor, quando se fala de política a questão é sobre educação, saúde, segurança e tantos outros setores. Mas temos que ter a convicção de que enquanto não houver uma decisão da Câmara Federal para unificar os vestibulares neste país, não adianta que o pobre, como dizem, não vai ter acesso à universidade. Só quem consegue chegar a uma universidade pública e gratuita neste país é quem tem condições de fazer um bom curso ou de estudar num colégio particular.

Portanto, unifiquem os vestibulares das universidades! Mas existe um *lobby* muito grande dos reitores das universidades federais deste país inteiro para que isso não aconteça. Sabem por quê? Por causa da taxa da matrícula. Eles recebem aporte do governo federal para sustentar a universidade, mas sabe-se que na maioria das vezes os recursos não são suficientes. Então, o grande *lobby* dos reitores das universidades públicas deste país não é para o vestibular unificado, mas para receberem exatamente a taxa de inscrição, pois é o que faz o caixa deles ficar balofo, como se diz na linguagem popular.

Assim, nós vamos ter sempre esse problema de educação, como bem colocou o deputado Flávio Ragagnin. Quer dizer, 30 alunos começam a estudar e depois esse número é reduzido a cinco, seis, dez. E nós, em nossos gabinetes, recebemos diariamente, como tenho recebido, jovens pedindo pelo amor de Deus a oportunidade de uma bolsa de estudos para continuar na universidade, porque não têm condições de pagar.

Srs. deputados, a verdade é que há uma grande enganação, pois quando os alunos começam o curso, o custo é de R\$ 600,00, até R\$ 500,00/mês, mas nas últimas fases o preço é quase o dobro. Isso é real. Eu conheço amigos na Univali que para se formar, por exemplo, em Psicologia, estão fazendo só dois créditos, pois a mensalidade é de seiscentos e poucos reais. E pagam com o maior sacrifício!

Então, é preciso acabar com a questão do vestibular diferenciado neste país. Unifiquem os vestibulares das universidades públicas e gratuitas no país inteiro, porque aí, sim, as pessoas que têm conhecimento e menos condições financeiras conseguirão concorrer em condição de igualdade e ter acesso ao ensino de 3º grau.

É preciso fazer uma universidade pública municipal e gratuita, como existe no meu município, que já está na quarta turma e vai muito bem, obrigado. Parabéns ao nosso reitor, professor Telmo Pedro Vieira, que conduz muito bem a USJ, de São José.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Usei o mesmo critério, deputado Nilson Gonçalves, com o seu colega, que utilizei com v.exa.: dois minutos para cada um.

A minha manifestação era esta, muito obrigado pela atenção!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Herneus de Nadal.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao D25.

Há uma crise de identidade neste partido, que vou te contar!

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Nobres deputados, deputada Ana Paula Lima, é melhor uma crise de identidade do que uma crise de competência, como a do governo Lula.

Quero, nobres parlamentares, primeiramente parabenizar a prefeitura municipal de Blumenau e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, porque no último sábado, deputada Odete de Jesus, tive a oportunidade de participar de um evento no qual pudemos comemorar o casamento coletivo de 400 casais: 200 no período matutino e 200 no período vespertino, graças ao esforço de todos os membros do Tribunal de Justiça e da prefeitura municipal de Blumenau.

E aí, conversando com o responsável do Tribunal de Justiça sobre esse ato, ele disse que houve até uma participação importante da Assembléia Legislativa, porque esta Casa aprovou uma lei colocando a questão de um selo que contribui para o fundo do Tribunal de Justiça e todos esses casamentos, srs. deputados, foram custeados com esse recurso.

Srs. deputados, graças também ao trabalho da prefeitura de Blumenau, à equipe do prefeito João Paulo Kleinübing, cada pessoa que casou, além de ter as despesas de cartório pagas pelo Tribunal de Justiça, recebeu do poder público municipal um bolo para poder comemorar o seu casamento e um enxoval para a sua casa. Enfim, srs. deputados, uma atitude nobre e muito bonita que, tenho certeza, engrandece não apenas Blumenau, mas, acima de tudo, Santa Catarina, através do Poder Executivo municipal e do Poder Judiciário.

Por isso, quero dar os parabéns àquelas pessoas que tiveram a condição de comemorar a sua união matrimonial, algumas depois de 30 anos, outras depois de 40 e outras após 20 anos. O que importa é que tiveram a oportunidade de oficializar a sua união matrimonial. Nossos parabéns também ao Tribunal de Justiça, que pôde, de certa forma, promover isso junto com a prefeitura municipal de Blumenau.

Falando no município de Blumenau, srs. deputados, quero dizer à comunidade e ao Parlamento que recebi uma cópia do novo projeto, nobre líder do governo, Herneus de Nadal, da delegacia regional de Blumenau e existe uma promessa do governo do estado de alocar cerca de R\$ 2 milhões para ajudar na realização do projeto.

O secretário da Segurança Pública já esteve em Blumenau, já se comprometeu; também o governador, como sempre, com toda aquela atenção, todo aquele carinho que dispensa aos catarinenses, foi lá e comprometeu-se também com isso. A prefeitura já viabilizou a área, o terreno, para que a delegacia regional, a nova delegacia, possa ser construída.

Então, nós vamos, a partir deste momento, levar esse projeto ao secretário da Segurança Pública e ao governador para que realmente, deputado Herneus de Nadal, os recursos sejam liberados em prol da comunidade blumenauense. Como já falei desta tribuna, se juntarmos tudo aquilo que aquela cidade contribui com a Segurança, em termos financeiros, só o que a delegacia traz para o estado já dava para ter construído a delegacia regional nova. Então, tenho certeza que esse empenho é fundamental por parte de todos.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Sr. deputado, investimentos em todos os setores são importantes, mas a Segurança Pública requer uma atenção toda especial por parte do estado, do país e do município. Por isso, oportunamente, de forma muito feliz, v.exa. aborda um tema que preocupa todos os cidadãos. Precisamos, dessa forma, na cobrança, na solicitação, viabilizar obras que possam dar condição ao nosso cidadão de ir e vir com segurança, como estabelece a nossa própria Constituição.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Ainda mais, deputado Herneus de Nadal, quando se vem com um projeto de forma organizada e respeitosa, pois esse já foi um compromisso do governador. E como sua excelência é uma pessoa que assume e cumpre compromissos, tenho certeza de que neste momento não vai ser diferente.

Sr. deputado Jailson Lima, v.exa. que conhece e que já acompanhou, no ano passado, o trabalho feito em relação às barragens do Alto Vale, com o governo federal liberando cerca de R\$ 1 milhão para sua recuperação, o governo do estado, trabalhando junto com o Deinfra, está fazendo o sistema de telemetria e de recuperação, ou seja, independentemente de partido político todos estão trabalhando para resolver o problema das barragens do Alto Vale.

Também gostaria de comunicar que tive a oportunidade de conversar, ontem, principalmente com o secretário Onofre Santo Agostini e protocolar com ele também um projeto permitindo a captação de água, pelo Samae, no rio Itajaí-Açu, em Blumenau. Hoje, quando chega à cota dos dez metros, o Samae não pode mais captar água para levar à população por causa da elevação do rio. Como temos um projeto, encaminhamo-lo ao secretário Onofre Santo Agostini, a fim que o nível possa ser ampliado. E aí, no caso da elevação do rio acima de dez metros, o Samae poderá continuar captando e fornecendo água para a população, permitindo que ela fique sempre com água potável dentro da sua residência.

Então, trata-se de mais um projeto no qual estamos trabalhando, com o qual nos estamos envolvendo e queremos, realmente, buscar encampá-lo em prol do Médio Vale e de Blumenau, na condição de deputado e representante, utilizando esta tribuna, srs. parlamentares, para fazer a cobrança e a reivindicação.

Eu gostaria de deixar o restante do meu tempo, deputada Ana Paula Lima, para o deputado Cesar Souza Júnior, a fim de que ele possa utilizar a tribuna.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, pelo tempo restante do D25.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sra. presidente, deputado Jean Kuhlmann, eu gostaria de registrar a presença de João Bolão, do bairro do Rio Vermelho, que está visitando esta Assembléia Legislativa.

Quero ainda, com muito pesar, registrar o falecimento do Zeca D'Acâmpora, uma figura muito respeitada na cidade de Florianópolis, que nos deixou prematuramente de maneira abrupta, no começo da manhã de hoje. Ele será sepultado hoje, às 17h30min, no Jardim da Paz. Nós, que estamos consternados e chocados, associamo-nos à família do Zeca, sua esposa Lélia, suas filhas, seu filho Fernando, diante dessa perda tão grande para a sociedade florianopolitana.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -

Gostaria de registrar também a presença, neste Parlamento, do ex-deputado Sérgio Godinho, que veio fazer uma visita a esta Casa Legislativa. Seja muito bem-vindo ao Parlamento catarinense.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputada Ana Paula Lima, srs. deputados e sras. deputadas, antes de iniciar meu pronunciamento, quero parabenizar o programa "Na boca do povo", de Rio do Sul, região do Alto Vale, e agradecer ao amigo Neri que nos mandou um caneco de presente. Estivemos lá, ontem, com ele e sua equipe.

Ontem fui ao programa "Na boca do povo" e hoje o deputado Jean Kuhlmann botou o nosso presidente Lula na boca do povo, pois a deputada Ana Paula Lima fez uma brincadeira, deputado Jean Kuhlmann, ao falar da questão da identidade partidária, mas com relativa razão, pois o PFL foi Democrata, foi Demo e agora é D25, mas daqui a pouco solidifica sua identidade. Porém a cortesia e a gentileza são bastante comuns entre nós. Porque se formos falar da incompetência do governo Lula, ainda há pouco o deputado José Natal estava fazendo a defesa das universidades públicas de forma arrojada, quando enumerou as dificuldades que tem o povo em cursar uma universidade federal. No entanto, é o nosso presidente incompetente quem está fazendo universidades federais neste país e não foi ele quem ampliou o número de universidades privadas de má qualidade, que simplesmente usurpam o bolso de muitos trabalhadores sem dar sequer o retorno em educação. É esse presidente incompetente que só no estado de Santa Catarina está fazendo três escolas

técnicas, diferente do anterior que não fez nenhuma no Brasil. Essas são as diferenças! E é esse presidente incompetente que estará aqui, amanhã, em Florianópolis para agraciá-lo o estado catarinense e o Maciço do Morro da Cruz com mais de R\$ 40 milhões, num projeto de humanização e reurbanização.

O Lula disse uma frase, que está nos jornais, que até achei muito interessante e temos que tirar o chapéu, deputado Nilson Gonçalves. Ele disse que nos governos anteriores os grandes comiam o bolo, o *chantilly*, o recheio e para o povo ficava somente o chumbinho, aquele confeito. A diferença é que agora o pessoal do morro está recebendo do nosso governo programas de urbanização, tanto aqui como no Rio de Janeiro, no complexo do Alemão, onde serão aplicados mais de R\$ 2 bilhões em investimentos voltados à população que não tinha alternativa a não ser ver os seus filhos no narcotráfico. O pessoal daquela favela, assim como o do Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis, tem visto muito chumbinho, sim, mas chumbo da polícia, que entra muitas vezes de forma violenta para procurar lá a origem da violência do narcotráfico, que se esconde nesses lugares.

Então, faço este meu pronunciamento desta forma, porque estamos vendo a imprensa muito lentamente citar a presença do presidente Lula amanhã em Florianópolis. E aí temos que enaltecer os jornalistas Moacir Pereira e Roberto de Azevedo, que foram os dois únicos que colocaram na sua coluna a vinda do presidente Lula. No entanto, os editoriais dos jornais falam contra o governo, dizendo que está fazendo uma política eleitoreira com sua vinda. Quem sabe o presidente Lula esteja vindo a Florianópolis para fazer campanha para o atual prefeito, que não é do PT? E ao assinar um convênio de R\$ 2 bilhões, no Rio de Janeiro, para o projeto de reurbanização de favelas, coisa que governo nenhum fez, também estará fazendo campanha para o PFL, ou melhor, para o D25? Ou 27? Ou 28?

Srs. deputados, faço essa colocação porque também em Campo Grande foi assinado outro convênio desses para reurbanização e humanização de uma comunidade excluída. E lá também não é o Partido dos Trabalhadores que governa, deputada Ana Paula Lima. Isso mostra o brio republicano de um cidadão que está marcando época, porque é o presidente que mais vezes veio ao estado de Santa Catarina até o presente momento.

Nós não podemos esquecer que este presidente incompetente, dito aqui pelo deputado Jean Kuhlmann, que assumiu um governo com R\$ 30 bilhões de reservas cambiais, sendo que R\$ 16 bilhões eram do FMI, sem considerar a dívida do Clube de Paris, pagou essa dívida, mandou o FMI embora, acabou com a dívida do Clube de Paris e hoje tem R\$ 200 bilhões de reservas cambiais!

Hoje pegamos os jornais e vemos: crise nos Estados Unidos; Santa Catarina tem que ligar o sinal de alerta. Antes os jornais divulgavam: crise nos Estados Unidos; pneumonia no Brasil. Por quê? Porque a economia ia à bancarrota no dia seguinte, a Bolsa oscilava de tudo quanto era jeito e o empresariado vivia de cabelo em pé, porque não sabia o que fazer.

Hoje, no entanto, as indústrias prevêem crescimento recorde de 11% da sua capacidade de produção. Grande parte do crescimento se deve ao consumo interno não é da demanda externa. Temos que deixar claro isso porque a ascensão social de famílias de baixa renda para a classe C é que está permitindo esse consumo. E é este presidente incompetente que está fazendo tudo isso. Quem sabe se o país tivesse tido mais presidentes incompetentes antes, nós hoje fôssemos uma China, mostrando um horizonte diferenciado para este mundo como um todo.

Diversos jornais da internet colocam a preocupação que temos que ter com a crise americana, com a crise bancária americana, com a crise no setor imobiliário americano. Mas muito pouco oscilou a nossa economia. Nós temos que ter, sim, uma situação de vigilância; o empresariado tem que ter uma posição de análise, de observação para os seus investimentos. Mas são eles mesmos que dizem que refizeram, que reformaram, que melhoraram o seu parque industrial à custa de uma economia sólida, de um governo que até assumir todos temiam. E o presidente Lula assumiu um governo de coalizão, que tem o PMDB, o PP, o PR e vários outros partidos na sua base de sustentação.

Agora não podemos, em hipótese alguma, negar a realidade vista pelo mundo inteiro, porque há estabilidade econômica. O presidente Lula, com os presentes que têm dado a Santa Catarina, tem demonstrado o carinho que tem por este estado. E temos que parabenizar a senadora Ideli Salvatti, que tem sido uma grande representante em Brasília e que é a responsável pela vinda do presidente Lula a Florianópolis.

Portanto, seja bem-vindo ao nosso estado, presidente. É por isso que nós defendemos que você seja cidadão catarinense de fato, através de projeto de lei desta Casa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, deputada Ana Paula de Lima, só gostaria de registrar a presença de Luiz Paulo Farias, o Paulinho, prefeito do PT de Ponte Alta, que na oportunidade em que vem à capital passa por vários setores a fim de divulgar a VII Festa Estadual da Moranga, que vai acontecer nos dias 4, 5 e 6 de abril do presente ano.

Quero, então, fazer o convite aos parlamentares e a todos aqueles e aquelas que nós ouvem para participarem da VII Festa Estadual da Moranga, em Ponte Alta.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, eu queria também anunciar e agradecer a presença, nesta Casa, do prefeito Aderbal Manoel dos Santos, de São João Batista, que tem feito um esforço muito grande, junto com a comunidade, com a Câmara de Vereadores e com as lideranças locais, para desenvolver aquele município, que hoje é a capital do vale do rio Tijucas, a capital econômica, a capital social e que se tem destacado em Santa Catarina através da indústria calçadista.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Flávio Ragagnin, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e demais pessoas que estão nos ouvindo, estivemos, neste último final de semana, percorrendo alguns municípios do oeste de Santa Catarina, mais precisamente nove municípios - Bom Jesus, Galvão, Coronel Martins, São Domingos, Ipuçu, Paiol, Xavantina, Seara e Concórdia -, onde tivemos uma receptividade muito grande. Parte das notícias importantes e alegres foram políticas.

Deputado Sílvio Dreveck, nós tivemos lá a comprovação do crescimento do Partido Progressista e vamos dobrar, sem dúvida alguma, através do número de prefeitos e vice-prefeitos, a nossa participação na região oeste.

Nós tivemos também algumas informações e notícias até preocupantes, uma vez que todos os municípios, naturalmente, têm os seus problemas e é lá que nós levantamos aquilo que é necessário ser feito.

A questão da segurança pública no alto Uruguai catarinense tem me preocupado e justamente no dia de hoje, no jornal de Concórdia, saiu a seguinte nota:

(Passa a ler.)

"A região continua clamando por melhores condições de segurança. Xavantina ainda está sem policial civil. Em Arvoredo e Paial, um policial de outra cidade atua em alguns períodos do mês. Em Itá e Ipumirim não há delegado titular. Em Seara, a deficiência é de três a quatro agentes na Civil, além da precária sede da Polícia Militar. A Secretaria de Segurança Pública do Estado acredita que os concursos em andamento vão amenizar o quadro, mas não resolverão o problema." [sic]

Mantivemos contato com o secretário da Segurança Pública, que gentilmente nos informou que serão tomadas providências. Mas aproveitamos a oportunidade e pedimos ao líder do governo, deputado Herneus de Nadal, que acompanhe essa situação e dê-nos uma colaboração nesse sentido.

Com muita preocupação, quero reportar-me novamente à questão ambiental. Visitamos a Coopérdia - Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia Ltda. - e a Embrapa durante quatro horas, acompanhando todo o sistema de biodigestor com geração de energia elétrica e também com cama sobreposta.

A prioridade do oeste e, em nosso entendimento, de todo o estado é, naturalmente, o homem, a mulher, o ser humano, a sua alimentação, a sua qualidade de vida, a sua educação. Em segundo lugar vem a terra, porque é da terra que tiramos o nosso sustento. O cuidado com o meio ambiente é necessário; o cuidado com a água é necessário e nós não estamos aqui em nenhum momento dizendo diferente disso. Porém, com relação à questão ambiental no oeste de Santa Catarina, o Ministério Público e a Fatma estão espremendo o pequeno agricultor, dentro da lei, para que ele tome as providências necessárias quanto ao ajuste de conduta.

Muito bem! Estão espremendo, espremendo o agricultor e ele está pulando fora porque não tem condições de resolver os seus problemas ambientais sozinho. O governo federal é beneficiado com a produção, o governo do estado é beneficiado com a produção, o governo municipal é beneficiado com a produção, as agroindústrias são beneficiadas com a produção e por isso é necessário que todos esses segmentos façam a sua parte ou então ajudem o pequeno agricultor a sobreviver. E a questão do biogestor com geração de energia elétrica é uma solução. Eu disse aqui que não iria fazer nenhuma crítica sem apresentar, pelo menos, alguma solução. O biogestor é uma solução. A cama sobreposta é uma solução. A Embrapa tem a solução.

Nós vamos, na próxima semana, solicitar uma audiência pública com a Embrapa, que gentilmente se ofereceu para vir aqui dar explicações sobre as soluções e os caminhos que temos a percorrer para que a produção possa a ser aumentada, para que o pequeno produtor possa ter o seu meio de vida e de sobrevivência, mas que também o meio ambiente tenha a sua proteção.

Eu dificilmente estarei nesta Casa quando for discutido o novo Código Florestal e a nova legislação ambiental, mas é importante que ele seja muito bem olhado! E eu quero dizer aqui que sei da sensibilidade do deputado Professor Grando com relação a esse assunto. Mas que nós levemos a sério, e muito sério, a questão da proteção da produção do pequeno agricultor do oeste de Santa Catarina, pois isso nos preocupa muito porque estamos com medo de que ele desapareça. E o que é o que nós vamos fazer no oeste de Santa Catarina se o suinocultor não tiver renda, se o pequeno agricultor não puder ter renda, não tiver qualidade de vida, porque tudo isso também é uma questão social! Qualidade de vida é uma questão social!

Então, deputado Sílvio Dreveck, v.exa. sabe perfeitamente da nossa preocupação. Digo novamente que não estarei aqui quando for discutida essa questão do novo Código Florestal, mas peço a v.exas. que levem em conta o oeste de Santa Catarina, a pequena propriedade rural, o pequeno agricultor, que é, sem dúvida, o cerne do desenvolvimento naquela região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s.: 0043/2008, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0535/2008, de autoria da deputada Odete de Jesus, e 0614/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0451/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0652/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0013/2008, de autoria do deputado Genésio Goulart, que declara de utilidade pública a Associação Tubaronense para Integração do Deficiente Visual - Atived -, de Tubarão.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0028/2008, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que declara de utilidade pública o Instituto Rã-bugio para Conservação da Biodiversidade, no município de Jaraguá do Sul. Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0030/2008, de autoria do deputado Jandir Bellini, que declara de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Regional da Costa Esmeralda e Balneário Camboriú, no município de Itapema.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0044/2008, de autoria do deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Associação das Voluntárias Mamãe-Bebê, da Maternidade do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos, de Laguna.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0222/2007, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Rio Saí-Guaçu, no município de Garuva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0608/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Alto Águas Negras, no município de Itaporanga. Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0634/2007, de autoria do deputado Herneus de Nadal, que declara de utilidade pública a Organização Cultural da Sociedade Brasileiro-Polonesa de Nova Erechim-Braspol, no município de Nova Erechim.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0661/2007, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública a Associação dos Corredores de Rua de Joinville - Corville -, no município de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0018/2008, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei n. 14.322, de 2008, que dispõe sobre a comercialização de bebidas alcoólicas nas rodovias do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero discutir este projeto porque acredito que tem uma importância muito grande, principalmente neste momento que vivemos, pois somos procurados por muitas

pessoas após termos aprovado, na Assembléia Legislativa, a lei que proibiu a venda de bebidas alcoólicas nas proximidades das rodovias, da mesma forma que o governo federal editou medida provisória no mesmo sentido, que se encontra no Congresso Nacional para ser apreciada.

O deputado Darci de Matos apresentou esse projeto, nós aproveitamos uma carona e apresentamos uma emenda para tentar corrigir algumas distorções que, acreditamos, foram cometidas pela lei que ora se pretende modificar.

O projeto do deputado Darci de Matos modificava o parágrafo único do art. 1º, que dizia o seguinte:

"[...]"

Art. 1º Fica vedado servir bebidas alcoólicas em estabelecimentos comerciais situados em terrenos contíguos às faixas de domínio do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA, com acesso direto nas rodovias estaduais.[sic]

Deseja-se mudar o parágrafo único que diz:

"Parágrafo único. Excetuam-se ao disposto nesta Lei estabelecimentos comerciais situados no perímetro urbano."[sic]

Essa foi a lei que aprovamos anteriormente. Já o projeto do deputado Darci Matos diz o seguinte:

"[...]"

Parágrafo único. Excetuam-se ao disposto desta Lei estabelecimentos comerciais situados no perímetro urbano, nas áreas rurais e nos empreendimentos turísticos.[...]"[sic]

Nós apresentamos uma emenda que acrescenta o seguinte:

"[...]"

...bem como as promoções realizadas por instituições legalmente constituídas e a comercialização realizada diretamente pela indústria de bebidas alcoólicas e/ou de produção artesanal expostas em estabelecimentos próprios."

Quisemos salvar aqui, deputado Silvio Dreveck, dois setores que acabamos prejudicando: em primeiro lugar, as instituições legalmente constituídas, ou seja, aquela capela que fica próxima à rodovia e que realizava suas festas não poderá mais vender bebida alcoólica no momento em que fizer uma promoção. Da mesma forma os rodeios crioulos, que são realizados quase sempre próximos a uma rodovia, também não poderão vender bebida alcoólica nas suas promoções. As grandes feiras que acontecem nos parques de exposição das prefeituras, dos sindicatos, muitos dos quais próximos às rodovias, também quando realizarem grandes feiras com muitos shows, porque são festas muito grandes, naturalmente não poderão mais servir e comercializar bebida alcoólica! Ora, tudo isso prejudicará sobremaneira todas essas instituições legais que realizam uma ou duas festas por ano.

Nós estamos restabelecendo essa permissão para que as instituições legalmente constituídas, como essas que citei, possam comercializar e servir bebidas alcoólicas nos dias em que realizam suas festas. Da mesma forma, em alguns pontos turísticos, como na Rota do Vinho - e o deputado Pedro Baldissera conhece muito bem, pois já foi padre na minha grandiosa, querida e amada terra natal, Tangará -, às margens das estradas, das SCs, há muitos estabelecimentos das próprias cantinas e da indústria de outros produtos artesanais, onde se vende o vinho em garrafas e onde param os ônibus de turismo. Porém a nossa lei inviabilizou essas atividades produtivas.

Então, nós estamos abrindo para a comercialização. Penso que temos que distinguir aqui que há dois tipos de comercialização da bebida alcoólica: os que vendem apenas e os que servem. Esses produtos artesanais que vêm diretamente das indústrias são apenas comercializados, não são servidos. Ninguém vai abrir uma garrafa de vinho para tomar naquele local e causar acidentes logo ali na frente. Geralmente compram e levam para casa.

É nesse sentido, pois, a nossa emenda que pretende restabelecer a venda nesses casos que citei, para que não se prejudique o setor produtivo e principalmente as regiões que se estão destacando nesse sentido. Para isso nós pedimos o apoio dos nossos deputados.

Mas eu quero trazer ao conhecimento dos srs. parlamentares um fato curioso. Talvez alguns já tenham lido, mas eu li hoje pela manhã e fiquei muito surpreso.

(Passa a ler.)

"Sentença - A Justiça Federal deu sentença favorável à Sinuelo que impede a Polícia Rodoviária Federal de aplicar a empresa os efeitos da medida provisória que impediu a venda de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

A decisão é do juiz Gustavo Dias de Barcellos, da 4ª Vara Federal de Florianópolis, publicada segunda-feira. O magistrado considerou a MP inconstitucional e que a causa dos acidentes não é o comércio, mas a 'imprudência', inconseqüência e irresponsabilidade de motoristas mal-educados, que dão pouco ou nenhum valor à vida."[sic]

Então, srs. deputados, já começaram a pipocar sentenças na própria Justiça. A MP do presidente da República já está tendo problemas na Justiça Federal. Vamos ter também esse tipo de problema, pois causamos um dano muito grande a estabelecimentos comerciais que estão próximos às rodovias.

Mas esse é um caso federal e nós estamos discutindo aqui as nossas rodovias estaduais. Por isso trouxe ao conhecimento dos srs. parlamentares esse fato sobre o qual tomei conhecimento no dia de hoje. Provavelmente se a MP do governo federal é inconstitucional, a nossa lei também o é.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Quero cumprimentá-lo, deputado, pela sua iniciativa e fazer minhas as suas palavras, porque v.exa. acabou de citar, inclusive, uma situação que é bem flagrante no norte do estado, que é o caso da Sinuelo. O deputado Silvio Dreveck provavelmente também conhece intimamente esse problema. A Sinuelo produz o vinho *Sinuelo*, e essa medida praticamente inviabilizou o complexo industrial daquele pessoal. Mas temos também próximo a Guaramirim as feiras que acontecem à beira da BR-280. Se continuar a coisa como está, vão ser inviabilizados muitos e muitos projetos e muito desemprego irá acontecer.

Agora, por conta dessa sua iniciativa, acredito que deveremos pelo menos amenizar um pouco esses problemas. A alegação vai ser que é inconstitucional ou coisa que o valha, mas como a Justiça já está dizendo que a medida também é inconstitucional, vamos aqui fazer a nossa parte. Por isso, cerro fileiras com v.exa.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Concedo um aparte ao deputado Silvio Dreveck.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Obrigado, deputado Romildo Titon, quero fazer aqui a minha manifestação.

Em primeiro lugar, quero concordar com a manifestação de v.exa. e ir até um pouco mais longe, já que acredito que essa matéria pode ter sido boa na intenção inicial, mas na aplicabilidade, infelizmente, veio em prejuízo daqueles que estão exercendo atividades no comércio. Além disso, ela não resolveu o problema do mau condutor, do mau motorista, que deveria ser punido. A lei deveria permitir que a polícia pudesse, ao detectar aquele que ingeriu álcool, fazer o teste do bafômetro, tirar o carro, levar preso e dar uma punição pesada. Ai, sim, poderíamos ter um efeito melhor do que proibir o comerciante de vender seus produtos.

Portanto, sou favorável à emenda e espero que ela possa amenizar um pouco o efeito da lei inicial.

Obrigado, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Obrigado, deputado Silvio Dreveck, pela sua participação, e pedimos o apoio de todos os parlamentares para aprovação desse projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Pedro uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sra. presidente, há um medida provisória do ministro Tarso Genro que definiu um política geral com relação ao uso e ao consumo de álcool nas rodovias federais. Na tese geral está correta, porque não é possível imaginar que nas margens das rodovias do país empresários precisem sobreviver economicamente com a venda de bebida alcoólica. Existe alguma coisa errada quando se diz que se não vender álcool eles vão à falência. Há alguma coisa! Ou estão no lugar errado ou existe alguma relação entre a venda de bebida alcoólica nas rodovias, gerando lucro, com tantas tragédias que acontecem em todo o país. Assim, quero defender essa tese geral.

Em segundo lugar, tem havido alguns problemas? Sim! Principalmente nos espaços urbanos onde as rodovias passam. Há poucas décadas, para o desenvolvimento de um município as rodovias tinham, necessariamente, que passar dentro das cidades. Assim, na maior parte das cidades existem rodovias, inclusive federais e estaduais. Então, se for para regulamentar nesse espaço urbano, nós concordamos, porque existem outros setores que podem estar comercializando bebida, como o supermercado, que está na avenida onde passa a rodovia. Agora, não dá para generalizar e permitir que postos de gasolina comercializem bebida alcoólica, porque o mais lamentável é que o posto de gasolina, que deveria vender combustível, está vendendo cachaça!

Então, há alguma coisa errada nessa atividade comercial! Em posto de gasolina o motorista vai abastecer e dar de cara com cachaça, uísque e cerveja, quando estiver pagando a conta. Isso é educativo? Todos sabem que propaganda é imagem! Muito mais do que pelo conteúdo, é pela imagem que as pessoas consomem grande parte dos produtos. Por isso que fazer propaganda no rádio é uma coisa e na televisão é outra.

Então, quero aqui, sra. presidente e srs. deputados, votar na tese geral, sim! O ministro da Justiça está readequando a medida provisória em debate com o Congresso Nacional, mas deve manter a tese geral de proibição de álcool nas rodovias, porque se houver em um único estabelecimento o comércio do álcool, esses setores estarão sendo responsáveis por muitas tragédias e muitas mortes de jovens nas rodovias. Há necessidade de ter posição crítica, aperfeiçoar o projeto, melhorá-lo, mas não jogar a criança com água suja fora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra a deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, sou a deputada que é contra a venda de bebida alcoólica que prejudica o ser humano; sou a deputada que no ano passado pediu vistas de um projeto sobre a venda de bebida alcoólica nas escolas; fui a única, votei sozinha e também votarei contra a emenda, votarei pelo projeto original. Eu não sei se v.exa. ouviu, deputada Ana Paula Lima, que agora estão fazendo até bala de cachaça. Bala é para criança, mas agora estão fazendo bala de cachaça. Mas eu vou voltar com este tema numa outra oportunidade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, o deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sra. presidente, muito obrigado pela oportunidade, srs. deputados, eu vejo sob uma ótica diferenciada de alguns dos colegas e das colegas aqui deste Parlamento. Fala-se sobre o consumo de álcool. O consumo do álcool é livre em nosso país. Então, se é para rever isso, teremos que rever a condição do consumo não só às margens das rodovias, das BRs ou das SCs, em nosso estado, mas, inclusive, dentro das cidades, caso contrário estaremos discutindo apenas parte de uma questão e não o todo. Quer dizer, se estiver a 50 metros da BR pode consumir, se estiver a menos de 50 metros não pode? É uma coisa ilógica! Não tem sentido!

Foi citado um exemplo aqui por um deputado, dias atrás, creio que pelo deputado Reno Caramori, que estava em um estabelecimento às margens da BR-101 e chegou um ônibus de excursão; o estabelecimento estava legalmente funcionando, havia pago o alvará, tinha contabilidade oficial. O pessoal adentrou e perguntou se vendiam bebida alcoólica. Claro que não podem vender! Se existe uma medida provisória proibindo a venda, se existe uma fiscalização penalizando quem vende, claro que aquele estabelecimento não vendia! O que eles fizeram? Voltaram ao ônibus e foram para outro restaurante dentro da cidade, num ambiente onde pudessem consumir álcool junto com o alimento. Os passageiros não estavam dirigindo o ônibus, o motorista não ia beber, mas aquele comércio ficou prejudicado.

Então, se temos que penalizar alguém, tem que ser o motorista irresponsável, inconseqüente, que transgride a lei, porque existe a lei que proíbe, que diz que ele não pode beber e dirigir, e se for pego alcoolizado tem que ser penalizado. Aí o governo, porque não consegue fazer a fiscalização devida, penaliza o conjunto. Vejam o prejuízo financeiro para essas empresas! Vejam onde passa a BR-101: por dentro das nossas cidades! Vejam Balneário Camboriú! Nós temos exemplos de pessoas que transitam pela BR-101 e não param nos estabelecimentos de Balneário Camboriú para depois seguirem viagem! Muito pelo contrário, quem frequenta os estabelecimentos de Balneário Camboriú são os próprios moradores ou os visitantes que vão ficar no perímetro urbano e que não vão voltar a transitar pela BR-101 naquele momento.

A intenção claro que é boa! O governo federal, o presidente Lula, não pensou em prejudicar e sim em salvar vidas. E nós somos a favor de salvar vidas, de proibir que a pessoa consuma álcool e dirija! Agora, a penalização tem que vir de outra forma. A fiscalização tem que ser feita de outra maneira! A Polícia Rodoviária Federal que lute por mais estrutura e que faça a fiscalização devida, mas que nós não venhamos a dar esse prejuízo aos nossos empresários, como é o caso, por exemplo, da Sinuelo, uma empresa constituída, forte, representativa, geradora de emprego e renda para a região do norte de Santa Catarina.

O foco está errado! Nós temos, sim, que lutar, envidar todos os nossos esforços para conseguir fazer com que seja revisto esse ato do governo federal! E aqui no estado não é diferente, como disse o deputado Romildo Titon. Se para a lei federal já há a sentença de um juiz dizendo que é inconstitucional, também no estado a nossa lei deve ser inconstitucional, porque está ferindo direitos, está ferindo a liberdade. Caso contrário, nós estamos aqui fazendo um jogo que não é o jogo certo. É o jogo, como diz o deputado Elizeu Mattos, da meia verdade. Vamos proibir na BR-101 e liberar nas cidades. O cidadão entra na cidade, toma um porre, pega a BR-101, vai para outra cidade, e daí pode. Quer dizer que na BR não pode, mas fora dela pode! A 50 metros pode!

Outra coisa: se o estabelecimento estiver localizado a 50 metros da BR, mas conseguir abrir uma porta lateral, uma porta que não seja de frente para a via marginal, daí pode vender, mesmo estando a 50 metros. Ele muda a questão contábil dele, coloca o endereço para a rua lateral e daí pode vender, mesmo estando localizado a 50 metros da BR. Portanto, isso é um absurdo, não tem sentido! Nós temos que rever isso, sim.

Quanto a essa questão da lei estadual, penso que devemos atentar da mesma forma: pensar no desenvolvimento econômico e numa fiscalização, numa atuação do poder constituído, para quando o motorista for pego dirigindo embriagado ter uma pena severa: perda do veículo ou pagamento de multa exorbitante. Enfim, que haja uma atuação que traga de fato o resultado que esperamos, que é de não deixar esse inconseqüente e irresponsável botar em risco a vida de pessoas inocentes que não têm nada a ver com a sua festa.

Agora, proibir do jeito que estamos proibindo em nosso país, creio que estamos errando, e muito!

Era esta a minha colocação!
Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE(Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Edson Piriquito.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a emenda modificativa.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação o projeto, srs. deputados, sem prejuízo da emenda.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0047/2007, de autoria do sr. deputado Manoel Mota, que proíbe a realização de eventos de moda com modelos com índices de massa corpórea (IMC) abaixo de 18 kg/m².

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

O autor solicitou a retirada de pauta deste projeto, sras. deputadas e srs. deputados.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0050/2007, de autoria do sr. deputado Joares Ponticelli, que altera a Lei n. 9.209, de 1993, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Vale Norte do Rio Itajaí.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0357/2007, de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, que cria a Semana da Consciência e do Combate ao Assédio Moral no Trabalho.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a emenda.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a emenda modificativa.

Em votação o projeto que cria a Semana da Consciência e do Combate ao Assédio Moral no Trabalho, sem prejuízo da emenda.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Sra. presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, antes de v.exa. passar a essa segunda fase da Ordem do Dia, quero dizer que a Presidência comunicou uma matéria de minha autoria, o Projeto de Lei n. 0043/2008, que estabelece uma prioridade na execução de exames de DNA, quando se refere à identificação de paternidade.

A comissão de Justiça, tendo recebido o meu projeto, indicou o deputado Pedro Baldissera para relatá-lo. O relator fez, inicialmente, uma análise técnica dizendo que cabe à esfera federal a competência de legislar sobre direito processual. Pedir preferência dos processos de identificação de paternidade seria, então, uma questão processual. E sendo um direito processual, não caberia à Assembléia Legislativa legislar sobre isso.

Ele ainda, diz que:

(Passa a ler.)

"[...]

Em caso de urgência, poder-se-iam usar as ações cautelares, a tutela antecipada ou as medidas liminares". E ainda diz que "a identificação através do DNA não se refere exclusivamente à criança e ao adolescente."

Eu apenas estou colocando isso, sra. presidente, porque existe uma angústia por parte dos deputados de apresentar projetos de lei, uma vez que são eles que contam para medir a atividade parlamentar. Como é que se mede uma atividade parlamentar? Pelo tanto que se usa o microfone, pelo tanto que sai no rádio e na televisão e pelo número de projetos. E sei que existe essa angústia por parte de todos os srs. deputados e, certamente, minha também.

Então, eu queria cumprimentar o deputado Pedro Baldissera. Segundo ele, do ponto de vista técnico, não cabe à Assembléia legislar sobre questão processual, e sendo assim não cabe o projeto. Estou aqui apenas me justificando para dizer àqueles que estão interessados nisso que não é competência desta Casa legislar sobre isso. E por esse motivo nós não vamos votar a matéria, apesar de ser essa a nossa intenção.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Esta Presidência comunica que, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0070/2008, de autoria do deputado Décio Góes; 0071/2008, 0072/2008 e 0073/2008, de autoria do deputado Sílvio Dreveck...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves. Há algum dúvida, sr. deputado?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Nenhuma dúvida, sra. presidente. Na verdade é uma certeza muito grande em relação a essa indicação, tanto é que eu gostaria de co-assinar com o deputado, se ele me permitir, essa indicação porque acho de suma importância.

Por isso, estou pedindo a permissão ao deputado Sílvio Dreveck, que está aqui ao meu lado, para co-assinar a matéria.

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Deputado Nilson Gonçalves, evidentemente que aceito com muita satisfação que v.exa. co-assine a indicação, até para que o secretário tome as providências o mais urgentemente possível.

A situação é estranha porque próximo da lombada eletrônica, na primeira placa, vê-se escrito 60km/h; ao percorrer mais 50m, lê-se 40 km/h. Ora, na medida em que é sinalizado para andar a 60 km/h, a pessoa irá passar com essa velocidade sinalizada, mas acabará sendo multado. Então, além de permitir a sua assinatura, peço-lhe o empenho para nos ajudar.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu quero ir um pouquinho além e dizer ao deputado Silvio Dreveck que vou levar esse sentimento, pessoalmente, ao secretário da Infra-estrutura.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Que eficiência! Muito obrigada!

A Presidência comunica ainda que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0074/2008, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0075/2008, de autoria do deputado Flávio Ragagnin; e 0076/2008, de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente, quero apenas corroborar exatamente isso que estou pedindo. É um vandalismo, uma esculhambação desenfreada nas nossas escolas públicas, por falta, em muitos lugares, de uma vigilância melhor, de um policiamento melhor. E por isso estamos fazendo esse pedido. Já o fiz pessoalmente, já o fiz verbalmente e estou fazendo agora o pedido de forma expressa para que possamos pelo menos documentar aquilo que estamos pedindo.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Com a anuência do autor, quero também assinar essa indicação. E quanto a essa esculhambação que há na escola, como diz o deputado Nilson Gonçalves, tem que se dar uma melhorada. Portanto, que a polícia cuide da segurança pública, mas não pressione e intimide os professores que estão em greve.

Então, nessa direção eu quero ser co-autor da matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O deputado Pedro Uczai subscreve, então, a indicação do sr. deputado Nilson Gonçalves.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação dos Municípios da Região de Laguna - Amurel -, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Braço do Norte, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Udesc, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, cumprimentando-o pela posse na presidência.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Caçador, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Imbuia, cumprimentando-o pela realização da 8ª Festa do Milho Verde e da 1ª Feira do Fumicultor Catarinense.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Estadual das Populações Afro-Descendentes, cumprimentando-o pela passagem do Dia Internacional contra a Discriminação Racial.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sr. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação de Municípios da Região de Laguna, Amurel, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Ituporanga, cumprimentando-o pela realização da 17ª Expofeira Nacional da Cebola.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à direção do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, cumprimentando-a pela passagem dos 50 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica à sra. Maria Terezinha Tricheis Francisco, cumprimentando-a pelo XII Encontro Microrregional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Vale do Araranguá.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de: Arabutã, Ipuaçú, Coronel Martins, Vargem Bonita, Sangão, São Cristóvão do Sul, Macieira, Cordilheira Alta, Ponte Alta do Norte, Capivari de Baixo, Morro Grande, Campos Novos, São João do Itaperiú, Florianópolis, Caçador, Indaial e São José, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Gostaria de solicitar ao autor para subscrever o requerimento.

(O autor aquiesce.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a aquiescência do autor, subscreve o requerimento o deputado Dirceu Dresch.

Requerimento de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores dos municípios de: Florianópolis, Caçador, São José e São Francisco do Sul, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON

GONÇALVES - Apesar de já ter feito o requerimento - e acho que não chegou à mesa ainda -, solicito ao autor que eu possa subscrever o requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Tenho certeza de que o deputado Dagomar Carneiro não vai opor-se à sua assinatura neste requerimento.

Requerimento de autoria da

deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de: Anchieta, Turvo, Jardinópolis, Indaial e Florianópolis, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de São José, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Bombinhas, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica à família da sra. Elisabete Nunes Anderle, manifestando pesar pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, quero sugerir ao colega, deputado Nilson Gonçalves, que esta manifestação - e seguramente é um sentimento de toda a Casa - seja enviada em nome da Assembléia Legislativa, em conjunto, através, naturalmente, deste requerimento ao qual também me associo, para que possamos expressar todo o nosso sentimento de pesar à família da ex-secretária da Educação, Elisabete Anderle, que fez um grande trabalho pela educação do nosso estado e, certamente, merece o nosso reconhecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, sr. deputado.

A Presidência defere.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica à família de Leonardo Kaesemodel, manifestando pesar pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao desembargador João Eduardo Souza Varella, cumprimentando-o pela eleição unânime para a Presidência do TRE.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente e dirigentes da ADVB-SC, cumprimentando-os pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria e aos funcionários do Hospital Hans Dieter Schmidt, cumprimentando-os pelos 24 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Previdência Social e ao presidente do INSS, cumprimentando-os e agradecendo a atenção dada à cidade de Joinville e à região norte catarinense.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao músico, compositor e regente Edino Krieger, cumprimentando-o pelo 80º aniversário.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanem, cumprimentando-o pelos 35 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, quero solicitar ao deputado Nilson Gonçalves permissão para subscrever o requerimento que será enviado ao músico Edino Krieger, cumprimentando-o pela passagem dos seus 80 anos de vida, comemorada neste fim de semana, pois ele já é uma propriedade catarinense. Então, gostaria de me associar ao autor da matéria nesta manifestação.

Quero também, sra. presidente, associar-me aos cumprimentos dirigidos ao Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanem, de Joinville, que tem feito programas sociais muito importantes e que completou 35 anos. Eu, inclusive, estava convidado para aquela cerimônia, mas não pude comparecer. Então, solicito ao deputado para subscrever também este requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O sr. deputado Nilson Gonçalves aquiesce.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente e aos funcionários da empresa Döehler S/A, cumprimentando-os pelo desempenho obtido no ano de 2007.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Jardinópolis, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Indaial, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Turvo, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de São José, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Caçador, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica à sra. Gabriela Pinho, cumprimentando-a pela conquista do título de Miss Santa Catarina de 2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica à direção da Associação Catarinense dos Artistas Plásticos, parabenizando-a pela passagem do seu aniversário.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Crea, cumprimentando-o pelos 50 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, cumprimentando-o pelos 39 anos de serviços prestados em Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Baldissera, que solicita o encerramento da tramitação do Projeto de Lei n. 0020/2008.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Pedro Baldissera, que solicita a inclusão em projeto de lei, de iniciativa do Poder Judiciário, do município de Chapecó, ou São Miguel d'Oeste como sede de uma câmara regional.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada ao superintendente regional do DNIT, solicitando a construção de duas passarelas nas laterais da ponte sobre o rio das Pombas, no município de Pouso Redondo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao ministro de Minas e Energia, ao presidente da Aneel e ao presidente da Eletrosul, solicitando intervenção no sentido de paralisar a atuação das empresas responsáveis pelos estudos e elaboração de projetos das barragens na sub-bacia dos rios Chapecó e Chapecozinho.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o autor da moção, deputado Dirceu Dresch, para discutir a matéria.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, nos últimos dias está-se criando um pânico naquelas duas regiões, porque existem nove projetos de hidrelétricas que estão para ser instaladas na sub-bacia dos rios Chapecó e Chapecozinho.

O que está acontecendo é que as empresas que estão elaborando os projetos técnicos estão entrando nas propriedades dos agricultores e criando um verdadeiro pânico, pois não dão nenhuma perspectiva de segurança, de futuro, e sequer dizem o que aqueles agricultores irão fazer, o que vai acontecer.

Então, o que precisamos ter de fato no nosso país é uma legislação que garanta a propriedade desses agricultores. Ontem, por exemplo, aconteceu uma mobilização em Nova Erechim, com a presença de mais de 500 agricultores de toda a região, pedindo que esta Casa contribua com os agricultores, no sentido de elaborar outra legislação para que os agricultores possam ser respeitados nos seus direitos, pois se é uma questão de utilidade pública, não pode servir apenas para prejudicar os agricultores.

Então, se hoje os agricultores têm uma riqueza em suas mãos e estão dentro dessas áreas onde serão construídas essas hidrelétricas, precisam ser respeitados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, na verdade, no Brasil e em Santa Catarina também a energia elétrica é muito cara. Hoje, a energia é mais cara do que o álcool, do que a gasolina e o óleo diesel. Na verdade, a energia não poderia ser tão cara assim, mas certamente o é por falta de oferta.

Estamos tendo um grande crescimento no setor industrial, e se não nos articularmos para gerar mais energia elétrica, em pouco tempo o crescimento será interrompido ou teremos que buscar outra forma de agilizar a construção de usinas hidrelétricas e de muitas PCHs que estão em andamento.

Por isso entendo a preocupação do deputado Dirceu Dresch. Agora, imagino que se houve uma mobilização de 500 agricultores contra a implantação de uma usina num determinado rio, então imaginem como será com a construção de uma grande usina, com mais de 250, 300 megawatts, ou coisa assim; não é como a usina de Itá, mas anda por aí a soma de algumas delas.

Sendo assim, quero fazer uma sugestão ao deputado para mudar o texto onde diz "[...]a intervenção no sentido de paralisar a atuação das empresas[...]", pois acredito que essa palavra não poderia estar aí. Talvez não tenha sido essa a intenção inicial do deputado Dirceu Dresch, porque não podemos pedir ao presidente da Aneel para, simplesmente, interromper os estudos de uma determinada região em virtude de uma manifestação contrária, até porque essa manifestação, por parte dos agricultores ou daqueles que têm a propriedade e vão diretamente interagir com a usina, é natural. É evidente que se vão manifestar até por uma questão de posição econômica, de barganha. É natural que se faça isso, mas o estudo técnico precisa ser feito.

Por isso, quero pedir ao deputado Dirceu Dresch para modificar essa parte do texto: "[...]a intervenção no sentido de paralisar a atuação[...]". Substituindo o verbo "paralisar" por um outro mais adequado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Gostaria de agradecer a presença de representantes do projeto Pescar, do Deinfra, que visitam esta Casa. Agradeço a presença desses jovens, juntamente com a Maria Gorete e a Nice.

Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense. Quem sabe um dia sejam nossos defensores aqui.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pedimos a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai para discutir.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Fico feliz ouvindo o deputado Serafim Venzon reconhecendo que o Brasil está crescendo, desenvolvendo-se, e que com o desenvolvimento, com a geração de emprego, há necessidade de mais energia.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, não nos temos posicionado contra vários projetos hidrelétricos no país, como também na nossa região. Tenho uma posição contrária, por exemplo, à hidrelétrica de Itapiranga, e já foi até solicitado que ela seja retirada do PAC. Agora, o que acontece em relação à hidrelétrica do Chapecó e do Chapecozinho? O problema não é só a insegurança dos agricultores porque não têm nenhuma informação dos projetos hidrelétricos que estão em andamento; há também um desrespeito total com os agricultores, pois não lhes informam o que está acontecendo e qual a tramitação dos estudos. Outra coisa, várias empresas já estão tentando comprar as terras dos agricultores nos canteiros de obras sem discutir absolutamente nada sobre os seus direitos na área.

Então, é a isto que o deputado Dirceu Dresch está-se opondo, porque não é possível a pessoa ser proprietária de uma terra onde iniciam uma obra, - e em Coronel Freitas está ocorrendo - e os donos do canteiro de obras tentarem comprar as terras dos agricultores no local em que serão localizados os canteiros. Aí eles montam a barragem e os de cima fazem o quê? Portanto, têm que haver respeito com os proprietários! Não é assim que os deputados de diferentes matizes ideológicos defendem a propriedade privada? Mas quando é do pequeno agricultor não se defende? Não se defende o pequeno? Esse também precisa ser ouvido. Se vai haver política de indenização, qual será o preço que a terra vai valer: R\$ 1 mil o hectare ou R\$ 10 mil o hectare? Qual é a proposta da empresa?

Não existe! Querem comprar o canteiro de obras para fragilizar os agricultores, pois aí começam a enfraquecer todos; montam lá o projeto, põem a barragem e danem-se as centenas ou milhares de famílias que estão acima da barragem e que ficam sem uma política de indenização correta. Isso não é possível!

Por isso, o Ibama, o governo federal, bem como as empresas que são do governo federal - e que nossa bancada defende - têm que tomar uma posição. Nós defendemos o governo federal, mas as empresas estatais que estão lidando com isso precisam tomar cuidado! Os agricultores não pediram a barragem, não pediram hidrelétricas, mas se estamos precisando de mais energia, pelo menos respeitem os agricultores familiares que estão na região e que seja definido publicamente como se dará o processo de indenização de uma maneira justa.

Por isso, v.exa pode votar tranquilamente essa moção porque temos que paralisar o que está sendo feito para que eles digam como farão o processo de indenização. E se estão estudando é porque querem comprar a terra dos agricultores que estão no canteiro; já existe um estudo onde será feito o canteiro, mas estão fazendo rodeio para enganar ou para fazer outra coisa. Temos que deixar as coisas claras e transparentes para desenvolver o nosso país.

Queremos desenvolver o país, queremos gerar emprego, mas precisamos respeitar os agricultores. E por isso o deputado Dirceu Dresch está correto em apresentar esta moção desta forma, para que possamos paralisar os estudos e proceder da forma como fazem com qualquer um que queira vender a sua casa, ou seja, tem que haver uma proposta, uma discussão. O que não podem é fazer um tipo de estudo para fazer uma coisa com a qual cometerão uma grande injustiça com os pequenos agricultores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - V.Exa. já teve o seu tempo para discutir, deputado.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não, quero apenas justificar a minha intervenção. É que a autorização para a construção de uma usina não é por vontade livre de uma empresa que tem um estudo. Ela vem depois de um estudo muito longo. E vimos aí empresas demorando três, quatro, cinco anos para conseguir iniciar os trabalhos e implantá-los.

Só quero esclarecer esse ponto, até para quem está-nos assistindo não ter a impressão de que de repente alguém implanta uma usina em alguns meses. Não é assim que funciona, ou seja, a autorização parte do governo federal; então, não tem por que alguém ficar nervoso que, de repente, na manhã seguinte, apareça alguém construindo uma usina próxima da sua propriedade. Não é assim que acontece essa liberação.

Por isso, penso que a palavra deveria ser diferente, um termo mais ameno. E daí, sim, exigir o cumprimento desse termo.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Sra. presidente, peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sr. deputado Dirceu Dresch, v.exa. já foi contemplado?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - O deputado Serafim Venzon fez uma argumentação novamente aqui contra, e eu me sinto no direito de justamente esclarecer essa questão.

Estou apavorado! E tenho só um exemplo para dar aqui: no município de Arvoredo, as empresas estão pagando R\$ 2 mil por hectare de terra para o agricultor familiar, ao passo que ao lado o agricultor está vendendo por R\$ 30 mil ou R\$ 40 mil o hectare. Então, é um absurdo o que está acontecendo em Santa Catarina!

Por isso, entendo que temos que parar, sim, pois temos que construir outras perspectivas, já que o oeste catarinense tem um capital muito grande em função da sua riqueza natural e que as empresas estão de olho, estão em cima, estão criando, sim, um alvoroço no meio dos agricultores.

As empresas de engenharia já estão comprando as áreas de terra porque sabem que ali sairá o projeto. E quando na terra há o canteiro de obras, o projeto vale o triplo ou muito mais do que quando o projeto não tem a terra comprada. Essa é a preocupação, ou seja, se há terra para colocar o canteiro de obras, o projeto sai e vai ser aprovado pela Aneel.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, considerando a importância da matéria e sendo favorável à proposta do deputado Dirceu Dresch, gostaria de pedir permissão para subscrever a moção em apoio a esse entendimento.

(O autor aquiesce.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a aquiescência do deputado Dirceu Dresch, o deputado Sargento Amauri Soares subscreve também esta moção.

A SRA. presidente (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Sra. presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, para discutir, o deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sra. presidente, desconheço pontualmente o caso que ocorre na sub-bacia do rio Chapecó e do rio Chapecozinho. Mas o que o deputado Dirceu Dresch traz a esta Casa é algo muito sério, ou seja, um flagrante desrespeito ao proprietário da terra.

Srs. deputados, no caso de indenização por parte do município, do poder público, quando um bem é declarado de utilidade pública, ele deixa de ser da iniciativa privada e passa para a ser propriedade coletiva. E aí a nossa Constituição é bem clara quando diz que tem que ser paga justa e prévia indenização. Então, não há possibilidade de entendermos que deva ser pago a bel prazer da empresa, a não ser o preço de mercado.

Assim, também sou favorável à moção do nobre deputado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Sra. presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Gostaria de pedir autorização para subscrever esta moção para somar mais deputados aqui e dar apoio aos agricultores.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Sra. presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, para discutir, o deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sra. presidente, toda a obra que produz um impacto e que por isso deva ter uma reserva ambiental, essa reserva vai de 0,5% a 1,5% do valor da obra. E na questão do impacto social, que é a desapropriação, vai até 9% do valor da obra.

Então, isso é recurso que vem do BNDES para o incentivo do governo na produção de energia elétrica. O que pode estar ocorrendo, e aí tem razão v. exa., é que talvez a empresa, sabendo onde vai formar-se o lago, esteja comprando terra, independentemente daquela desapropriação oficial, porque é obrigado a fazer três levantamentos sobre o preço, pois é algo público.

Portanto, essas questões têm que ser colocadas nos devidos lugares, para que se possa...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha) - V. Exa. dispõe de 30 segundos para concluir, sr. deputado.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Não é a primeira hidrelétrica que se está construindo no rio Uruguai. Então, já há todo um histórico, toda uma luta e isso tem que ser transparente. Se isso estiver acontecendo, temos que denunciar. Por enquanto estamos apresentando uma moção para que as autoridades tomem as devidas providências.

Mas eu quero subscrever esta moção.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a aquiescência do autor, os srs. deputados subscreverão esta moção.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Jean Kuhlmann, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública, solicitando informações sobre o sistema de monitoramento através de câmeras de segurança.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Jean Kuhlmann, a ser enviado ao secretário de Turismo, solicitando informações sobre os valores repassados às entidades públicas e privadas dos municípios de: Blumenau, Gaspar, Ilhota, Pomerode, Luís Alves, Timbó, Indaial, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Rodeio, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Joinville, São João do Itaperiú, Rio do Sul, Laurentino, Rio do Oeste, Ituporanga, Petrolândia, Imbuia, Vidal Ramos, Ibirama, Presidente Nereu, José Boiteux, Witmarsum, Vitor Meireles, Taió, Rio do Campo, Itajaí, Bombinhas, Balneário Piçarras, Brusque e Guabiruba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Jean Kuhlmann, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública, solicitando informações sobre os valores repassados às entidades públicas e privadas dos municípios de: Blumenau, Gaspar, Ilhota, Pomerode, Luís Alves, Timbó, Indaial, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Rodeio, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Joinville, São João do Itaperiú, Rio do Sul, Laurentino, Rio do Oeste, Ituporanga, Petrolândia, Imbuia, Vidal Ramos, Ibirama, Presidente Nereu, José Boiteux, Witmarsum, Vitor Meireles, Taió, Rio do Campo, Itajaí, Bombinhas, Balneário Piçarras, Brusque e Guabiruba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Jean Kuhlmann, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações sobre os valores repassados às entidades públicas e privadas dos municípios de: Blumenau, Gaspar, Ilhota, Pomerode, Luís Alves, Timbó, Indaial, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Rodeio, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Joinville, São João do Itaperiú, Rio do Sul, Laurentino, Rio do Oeste, Ituporanga, Petrolândia, Imbuia, Vidal Ramos, Ibirama, Presidente Nereu, José Boiteux, Witmarsum, Vitor Meireles, Taió, Rio do Campo, Itajaí, Bombinhas, Balneário Piçarras, Brusque e Guabiruba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Jean Kuhlmann, a ser enviado ao secretário Executivo de Gestão dos Fundos Estaduais, solicitando informações sobre os valores repassados às entidades públicas e privadas dos municípios de: Blumenau, Gaspar, Ilhota, Pomerode, Luís Alves, Timbó, Indaial, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Rodeio, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Joinville, São João do Itaperiú, Rio do Sul, Laurentino, Rio do Oeste, Ituporanga, Petrolândia, Imbuia, Vidal Ramos, Ibirama, Presidente Nereu, José Boiteux, Witmarsum, Vitor Meireles, Taió, Rio do Campo, Itajaí, Bombinhas, Balneário Piçarras, Brusque e Guabiruba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Jean Kuhlmann, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre os valores repassados às entidades públicas e privadas dos municípios de: Blumenau, Gaspar, Ilhota, Pomerode, Luís Alves, Timbó, Indaial, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Rodeio, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Joinville, São João do Itaperiú, Rio do Sul, Laurentino, Rio do Oeste, Ituporanga, Petrolândia, Imbuia, Vidal Ramos, Ibirama, Presidente Nereu, José Boiteux, Witmarsum, Vitor Meireles, Taió, Rio do Campo, Itajaí, Bombinhas, Balneário Piçarras, Brusque e Guabiruba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Jean Kuhlmann, a ser enviado ao secretário da Saúde, solicitando informações sobre os valores repassados às entidades públicas e privadas dos municípios de: Blumenau, Gaspar, Ilhota, Pomerode, Luís Alves, Timbó, Indaial, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Rodeio, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Joinville, São João do Itaperiú, Rio do Sul, Laurentino, Rio do Oeste, Ituporanga, Petrolândia, Imbuia, Vidal Ramos, Ibirama, Presidente Nereu, José Boiteux, Witmarsum, Vitor Meireles, Taió, Rio do Campo, Itajaí, Bombinhas, Balneário Piçarras, Brusque e Guabiruba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Jean Kuhlmann, a ser enviado ao secretário da Infra-Estrutura, solicitando informações sobre os valores repassados às entidades públicas e privadas dos municípios de: Blumenau, Gaspar, Ilhota, Pomerode, Luís Alves, Timbó, Indaial, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Rodeio, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Joinville, São João do Itaperiú, Rio do Sul, Laurentino, Rio do Oeste, Ituporanga, Petrolândia, Imbuia, Vidal Ramos, Ibirama, Presidente Nereu, José Boiteux, Witmarsum, Vitor Meireles, Taió, Rio do Campo, Itajaí, Bombinhas, Balneário Piçarras, Brusque e Guabiruba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Jean Kuhlmann, a ser enviado à secretária da Assistência Social, solicitando informações sobre os valores repassados às entidades públicas e privadas dos municípios de: Blumenau, Gaspar, Ilhota, Pomerode, Luís Alves, Timbó, Indaial, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Rodeio, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Joinville, São João do Itaperiú, Rio do Sul, Laurentino, Rio do Oeste, Ituporanga, Petrolândia, Imbuia, Vidal Ramos, Ibirama, Presidente Nereu, José Boiteux, Witmarsum, Vitor Meireles, Taió, Rio do Campo, Itajaí, Bombinhas, Balneário Piçarras, Brusque e Guabiruba.

Em discussão.

O Sr. Deputado Professor Grando - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Eu pediria a v.exa., porque são vários requerimentos de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que lesse somente o primeiro município e o último de cada requerimento, subentendendo os demais, se não v.exa. vai ficar mais de uma hora lendo todos esses requerimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Eu já acabei! Li todos os municípios. Sou rápida, não é?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Mas há outros requerimentos. V.Exa. não vai repetir?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Não, estão todos incluídos aí, deputado Professor Grando, e v.exa. verificou direitinho.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Jean Kuhlmann, a ser enviado ao secretário da Agricultura, solicitando informações sobre os valores repassados às entidades públicas e privadas dos municípios de: Blumenau, Gaspar, Ilhota, Pomerode, Luis Alves, Timbó, Indaial, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Rodeio, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Joinville, São João do Itaperiú, Rio do Sul, Laurentino, Rio do Oeste, Ituporanga, Petrolândia, Imbuia, Vidal Ramos, Ibirama, Presidente Nereu, José Boiteux, Witmarsum, Vitor Meireles, Taió, Rio do Campo, Itajaí, Bombinhas, Balneário Piçarras, Brusque e Guabiruba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao secretário de Turismo, Cultura e Esporte, solicitando informações sobre o processo de captação de incentivos para a produção do filme *Quebrador de Corações*.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Flávio Ragagnin, a ser enviado à secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação, solicitando informações sobre o repasse de recursos aos municípios para atendimento aos idosos e demais informações sobre programas dessa natureza.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Conforme requerimento do sr. deputado Nilson Gonçalves, pedindo prioridade para discursar à tribuna, fundamentado no § 2º do art. 100 do Regimento Interno, ele está com a palavra pelo tempo de dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. deputada e srs. deputados, eu estava ainda no meu gabinete quando ouvia v.exa. falar sobre a ponte de Navegantes, sobre a BR-101, fazendo uma defesa bastante contundente do responsável pelo DNIT em Santa Catarina. V.Exa. depois, inclusive, correu a conversa para a ponte de Florianópolis, puxando-a mais para a área estadual.

Eu, na verdade, acho que acabamos misturando alhos com bugalhos, porque a discussão estava centrada em cima da ponte de Navegantes.

Eu quero dizer a v.exa. que o responsável pelo DNIT, o engenheiro João José, merece de todos nós respeito, porque é dedicado e está preocupado com esse problema localizado na ponte do rio Itajaí, em Navegantes, na BR-101. Mas é difícil a sua situação, porque o engenheiro fala, a imprensa repercute o que ele fala, mas na prática não é nem o que o engenheiro falou e nem o que está escrito na imprensa.

E eu posso falar com propriedade porque passo por lá quase que diariamente. Vou até exemplificar. Foi dito, devido ao caos estabelecido ali por conta daquela arrumação, que iriam aumentar o número de operários trabalhando naquela obra. Foi aumentado de 40 para 52 operários e estabelecido o horário das 7h até as 3h, diariamente, para poder agilizar a obra. Eu passo por ali quase todas as noites e em nenhuma noite eu vi operário trabalhando. Eu não vi! Eu passo por lá às 23h30min, às 24h e não há operário trabalhando!

Deputado Silvio Dreveck, eu não posso falar isso de quinta-feira para cá porque viajei, mas até quinta-feira eu não vi nenhum operário trabalhando a noite lá.

Mas agora, por conta do feriado que se aproxima - eu vi isso pela imprensa -, está havendo uma preocupação por parte do DNIT, que tomou algumas providências, quais sejam: na pista do lado direito os caminhões serão obrigados a fazer fila; do lado esquerdo só ficarão automóveis; e na entrada da ponte vão ser dados 20 minutos para os motoristas que estão na fila ultrapassarem a ponte.

Achei fantástico e vou conferir isso hoje à noite. Não vou agora, às 18h, porque ficarei empacado aqui na ponte Pedro Ivo Campos, ficarei empacado na Via Expressa, vou conseguir andar um pouquinho, depois vou ficar empacado novamente lá na ponte de Navegantes mais umas duas horas. Então, não vou agora. Vou deixar para sair daqui lá pelas 21h, 22h e, quem sabe, eu vá mais tranquilo e chegue em casa em menos tempo, pois tenho compromisso em Joinville.

A deputada Ana Paula Lima parece-me um pouco revoltada, pois algum deputado andou falando gatos e lagartos sobre alguma coisa. Não sei o que foi. Mas eu quero dizer que concordo com v.exa. com relação ao responsável pelo DNIT, que é uma pessoa dedicada e está fazendo o que pode. Só que nem tudo o que ele fala está acontecendo, esse é o grande problema! Fala uma coisa, a imprensa diz outra e quando se chega lá, é outra coisa! Mas pelo menos ele está-se esforçando.

Quero aproveitar esses cinco minutos que me restam para transmitir aos srs. deputados que ainda estão aqui, porque o resto eu acho que já foi embora, o meu regozijo em relação às coisas que estão acontecendo na minha Joinville.

Nós estamos vivendo um momento especial em Joinville, tanto por conta do meu dedicado governador Luiz Henrique da Silveira, que é de Joinville, como também por conta do governo do município, que está mandando ver, até porque este ano é de eleição e esse é um negócio impressionante. E não falo somente sobre Joinville, falo sobre todos os municípios deste país. Quando há eleição, o que se inaugura de obra é uma coisa impressionante! Isso não é só em Joinville, é em todo canto! Mas eu me regozijo com Joinville também em nível de governo federal.

Então, na nossa região estamos vivendo um momento impar por conta das coisas que acontecem por lá. Por exemplo, deputada presidente, esta semana estiveram na Acij - Associação Comercial e Industrial de Joinville -, a senadora Ideli Salvatti e o deputado federal Carlito Merss, ocasião em ficou deliberado que até agosto teremos a licitação da obra da duplicação da BR-280, um sonho antigo, acalentado por todos nós daquela região, especialmente pelos empresários que têm os seus produtos escoados pelo porto de São Francisco do Sul. Sonho também de quem tem casa na praia da Enseada, em Ubatuba, na praia do Capri, na Praia Grande, enfim, todos sonham com essa duplicação.

Agora, esta semana, o deputado Carlito Merss e a senadora Ideli Salvatti, juntamente com o presidente da Acij, sacramentaram essa situação por conta do famigerado PAC que, graças a Deus, está também aquinhoando a nossa região.

Estamos também agradecendo a iniciativa de Edson Lobão, ministro de Minas e Energia, que assinou a portaria oficializando a construção, pela Eletrosul, da Joinville Norte, em caráter emergencial. Se essa obra fosse feita em termos normais, levaríamos 25 meses, mais a enrolação desse ou daquele, discussão de "eu não posso e você pode", isso iria mais uns três ou quatro anos. Mas essa obra está prevista para ser finalizada até 2009, totalizando um gasto de R\$ 50 milhões.

Vamos ter agora, dia 27 de março, a inauguração do tão esperado restaurante popular, que vem ao encontro do anseio popular da nossa Joinville. Restaurante popular, deputado Edson Piriquito, com preços simbólicos para refeição em Joinville! E não podemos deixar de agradecer ao governo federal e ao governo municipal que, juntos, irmanados, fizeram essa obra.

Irmanados em termos, porque cada um tem o seu modo de ser. Mas pelo menos seguraram na mão um do outro naqueles minutos necessários para que saia a obra que vai ser concluída e inaugurada no dia 27, em Joinville.

Na segunda-feira foi assinada a ordem para a licitação da Estrada Anaburgo. Nós sonhamos acordados com a Rodovia do Arroz e o nosso dedicado governador, assim que assumiu o poder, comprometeu-se em fazer aquela obra e terminou. Agora, será feito aquele outro pedaço de 4,5 quilômetros para asfaltar a Estrada Anaburgo, chegando até a BR-101.

Eu tenho mais duas folhas para falar de coisas boas que estão acontecendo na minha Joinville, mas como não posso falar, neste momento, quero desejar a todos os srs. deputados que ainda estão nesta Casa, a todos os trabalhadores da Assembléia uma feliz Páscoa e que possamos, se Deus quiser, estar todos de volta na semana que vem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Eu gostaria muito de agradecer a presença do vereador Valdecir Figueiredo, presidente da Câmara Municipal de Forquilha. Seja muito bem-vindo ao Parlamento catarinense.

Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Professor Grandó, a quem concedemos a palavra pelo tempo de até dez minutos.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Nesse um minuto que eu tenho, quero dar um informe, até por questão de justiça com os deputados que ontem e nos dias anteriores também levantaram a questão da BR-101 e de Navegantes também. Então, houve esse debate e o DNIT lançou uma nota que está nos e-mails de todos os srs. deputados estaduais:

(Passa a ler.)

"DNIT/SC altera tráfego da travessia da ponte sobre o rio Itajaí-Açu. Para reduzir as filas haverá revezamento entre veículos de carga e de passeio."

É uma discussão que se promoveu junto com a Fetranesc, com o DNIT, com falas de diferentes deputados nesta Casa. Como eu tinha assumido esse compromisso junto ao DNIT, isso foi esclarecido em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, em nome do governo federal e do DNIT.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, não poderia deixar de mencionar, no dia de hoje, o aniversário do grande município de São José da Terra Firme, pelos seus 258 anos. E também no dia 23 de março teremos o aniversário da capital de todos os catarinenses, da nossa querida Florianópolis, que completará 282 anos.

Portanto, esses municípios tão vizinhos, tão próximos fazem os seus aniversários. Por isso é importante que saudemos toda a população, sabendo também que no dia 22 de março teremos o Dia Mundial da Água.

Então, vejam bem: no dia 19 de março será o aniversário de São José, nosso querido município vizinho; no dia 23 de março, a cidade de Florianópolis fará aniversário, e no dia 22 de março será o Dia Mundial da Água, que passou a ser comemorado a partir de 1992, portanto há 16 anos, através de resolução das Nações Unidas, em função da preocupação com esse elemento essencial à vida. Foi instituído esse dia para se lutar pela conscientização da importância mundial da água, porque nos outros 364 dias também é importante e necessária a nossa luta.

Naquela data, as Nações Unidas também editaram a Declaração Universal dos Direitos da Água. Notem v.exas. que a própria Igreja Católica, durante a Campanha da Fraternidade, alguns anos atrás, colocou também para debate o tema "Água, Fonte de Vida".

Nós temos hoje, deputados Silvío Dreveck, Dirceu Dresch e Flávio Ragagnin, mais de 100 milhões de habitantes que caminham mais de duas horas por dia para buscar esse elemento essencial à vida, que é a água, para poderem fazer a sua comida e a sua higiene. Mais de 100 milhões de pessoas! Então, a escassez de água e a dificuldade ao seu acesso não ocorrem apenas no nosso semi-árido do nordeste, mas também nas regiões africanas e asiáticas.

Há necessidade, pois, de preservar de forma fraternal, através do que nós chamamos de bacias hidrográficas, das nascentes até a foz, da montante à jusante, esse entendimento do quanto é importante preservar a água e planejar o seu bom aproveitamento.

Senão vejamos: hoje, para se produzir um quilo de milho, são necessários praticamente mil litros de água; para se produzir um quilo de frango, gastamos quase dois mil litros de água. O que significa isso? Que o Brasil é rico em *commodities* porque exporta alimentos básicos. Significa que exporta o quê? Água! Vejam como é importante mantermos a qualidade da água pelo tipo de exportação que realizamos: a soja, todas as atividades da agricultura e também a agropecuária, os animais, a carne. Vejam como é importante a água como elemento estratégico.

Por isso existe a Agência Nacional da Água e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Dentro do Ibama existe uma secretaria preocupada com os recursos hídricos, há a classificação de cada rio, se é de segunda ou de primeira classe, ou se é da classe especial. E notem que Santa Catarina já realizou a classificação de todos os rios e riachos. Como eu já falei, graças a esse estudo, nós temos mais de 930 microbacias, que mobilizam 90 mil pessoas, das quais 80% são jovens da agricultura, do interior, que estão construindo em Santa Catarina esse modelo de desenvolvimento.

Então, vejam os senhores que a água nos oferece um meio de transporte, propicia o direito de ir e vir, através da navegação. Sabendo aproveitar, a água nos dá saneamento, saúde e alimento.

Como é importante cada município cuidar da água! É importante saber que o estado é o responsável pela água subterrânea, que se torna cada dia mais vital, mais fundamental na política geral. Por quê? Porque o planeta Terra é o planeta água. Mais de 2/3 do planeta Terra é composto por água, mas apenas 0,8%, quer dizer, menos de 1% é água doce, contada pelos rios, pelos lençóis freáticos, pelas suas nascentes.

Vejam bem, o Brasil é um país privilegiado pela quantidade de água que tem. Nós temos o Aquífero Guarani e precisamos ter uma política cuidadosa, no sentido de saber como explorá-lo para benefício do homem, como proteger essa que é a maior reserva de água doce do mundo. E 42% do subsolo de Santa Catarina estão sobre o Aquífero Guarani. Ele aflora na região de Lages, na BR-116, desce até Praia Grande e vai para o oeste. Ele aflora nessa parte do nosso território e vai-se aprofundando. Essa é a prova de que a água está contida dentro de um arenito que tem praticamente 800 metros de espessura, formado há 180 milhões de anos.

Isso prova que a América estava junto à África, não? Nesses 180 milhões de anos a água ali empapou, como se diz. Por quê? Porque não existe nada mais perfeito do que um grão de areia. Portanto, um grão de areia, se colocado um sobre o outro, sobram 16,6% de espaços vazios, que é por onde foi sugada a água que está dentro desse aquífero que é uma esponja, não um lençol freático. Esse arenito absorveu a água durante esse tempo todo. Essa água tem um valor muito, mas muito superior ao valor do petróleo no mundo e vai ser a grande reserva do futuro do nosso país. E o nosso estado está incluído porque essa grande quantidade de água envolve praticamente 12 estados brasileiros e cinco países. Por isso temos que trabalhar com os demais países envolvidos; por isso a importância do Mercosul.

Como eu disse, sra. presidente e srs. deputados, o Aquífero Guarani aflora na região de Lages, acompanha a BR-116 e vai-se aprofundando até 1.000, 1.200, 1.500 metros no extremo oeste. Sobre ele há uma camada de basalto, que protegeu o arenito e sugou a água que lá está reservada. Então vejam como é importante o conhecimento da ciência, a pesquisa! Convênios já estão sendo estabelecidos e trabalhados em nível federal, estadual e de organizações não-governamentais. Mas volto a dizer: é importante que cada município conscientize-se sobre a importância de preservar a água.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Obrigado, deputado Professor Grandó, pelo grande tema que traz a esta Casa.

Com certeza, é gritante a necessidade que nós temos de conscientizar a nossa população. Graças ao trabalho de muitos professores nós já temos nas escolas uma grande conscientização das nossas crianças.

Eu atuo na agricultura familiar e percebo essa necessidade de diálogo com os agricultores. Muita gente ainda não se deu conta da questão dos venenos e dos dejetos que vão para as águas nas áreas urbanas, nas cidades. E grande parte vai para dentro dos rios. Ficamos arrepiado quando discutimos a questão da riqueza que é a água.

Com certeza o Dia Mundial da Água é um momento importante. É a vida dos seres humanos no planeta Terra que tem que ser preservada. Precisamos fazer um grande debate e grandes projetos nessa perspectiva.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Não resta dúvida, deputado Dirceu Dresch, e v.exa., que trabalha com a agricultura familiar, sabe que a terra tem valor quando tem água. Poucas pessoas sabem que uma nascente leva milhares de anos para aflorar através do equilíbrio hidrostático; pouca gente sabe o quão importante é proteger nossas aguadas.

Portanto, a Comissão de Meio Ambiente vai organizar no dia 22, com as demais organizações, órgãos públicos e escolas, atividades de conscientização.

Para encerrar, sra. presidente e srs. deputados, quero desejar uma boa Páscoa a todos os nossos funcionários e a todos os cidadãos de Santa Catarina! Que possamos refletir, ter paz e proteger o meio ambiente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Inscrito para falar o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, volto a esta tribuna no dia de hoje e, antes de entrar no assunto que me levou a propor uma moção, quero dizer da alegria de termos amanhã em nosso estado o presidente da República. Além das obras anunciadas, que o nobre deputado Nilson Gonçalves chamou de famigeradas, nós entendemos que os R\$ 503 bilhões que vão ser investidos, são recursos públicos internos, é dinheiro do Brasil! Não serão recursos do FMI e não haverá endividamento do nosso país, coisa que outros governos já fizeram!

Na capital do estado, assim como nas favelas do Rio de Janeiro, nos bairros pobres serão investidos muitos recursos para melhorar a vida da população. Esse é o grande destaque. Mas além do anúncio dos recursos, também serão anunciados os telecentros que chegam a Santa Catarina. Todos os municípios do estado terão espaços gratuitos com computadores com acesso à internet. São 294 itens de telecentros que os municípios vão receber. É mais uma conquista importante para os nossos municípios, que terão computadores e acesso à internet.

Voltando ao assunto da moção que propus, andei refletindo nos últimos dias e acompanhei um pouco esse debate que coloca Santa Catarina no centro das atenções, porque com o crescimento do país há necessidade de aumento da produção de energia. Dediquei-me um pouco ao estudo do que vem ocorrendo em nosso estado, deputado Silvio Dreveck. Sou extremamente favorável e compreendo a necessidade do aumento da produção de energia. Podemos, sim, buscar alternativas, muitas delas discutidas aqui, mas infelizmente ou felizmente a forma prática, a mais rápida, é gerar energia através das nossas águas, dos nossos recursos naturais, do relevo da nossa região, que tem uma condição favorável à construção de pequenas ou grandes hidrelétricas.

Agora, como agricultor, como liderança de muitos anos da luta dos agricultores, já no final dos anos 70 e início dos anos 80 discutíamos a questão da construção de hidrelétricas. O que eu não posso admitir é que empresas entrem nas propriedades dos agricultores para fazer os projetos técnicos, comprem as terras onde possivelmente será instalado o canteiro de obras e por causa da segurança que será instalada em função da necessidade e do interesse das empresas nacionais e multinacionais, espalhem pânico entre os agricultores.

Deputado Flávio Ragagnin, v.exa., que é de Seara e tem acompanhado essa questão, sabe que no rio Irani há várias construções de pequenas centrais hidrelétricas. Recebi informação, há poucos dias, de que em Arvoredo as empresas ofereceram a vários agricultores de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil o hectare de terra. E várias propriedades estão sendo vendidas. Conversei agora com o companheiro de Cordilheira Alta, foram oferecidos, por terra de segunda, R\$ 12 mil o hectare. Temos propriedades que têm terras boas que estão sendo vendidas por R\$ 20 mil, R\$ 30 mil o hectare.

Eu não tenho dúvida de que precisamos discutir o preço comercial da terra, o valor médio da região. Não concordamos com as tabelas que as empresas estão usando para indenizar as terras dos agricultores. É uma questão de utilidade pública! E sendo questão de utilidade pública, não pode ser penalizado, de jeito nenhum, somente um lado. Não é por acaso que as empresas estão procurando investir tanto em energia, em produzir energia. Elas estão fazendo isso porque, hoje, a energia no Brasil é muito cara e está dando um lucro extraordinário. Segundo pesquisas e levantamentos técnicos, em dez anos as empresas pagam os investimentos e a partir dali tudo é lucro limpo, sem custo ou com pouco custo.

Por isso não podemos admitir que as coisas continuem dessa forma no Brasil. Entendo que esta Casa tem a responsabilidade de defender os agricultores e deve, junto com a bancada na Câmara Federal, com os nossos senadores, discutir uma alternativa nesse sentido.

Até acho que nós precisamos ir além! Não é apenas a questão do valor de mercado, mas se essa terra tem esse valor econômico de geração de energia, ela tem que valer mais do que o preço de mercado para produzir milho, feijão e outras atividades econômicas. Por isso entendemos ser estratégico discutir o futuro. É diferente um terreno vendido em São José do Cerrito de um outro vendido próximo à BR-101, que tem outro valor agregado. Por isso a propriedade também não pode ter o mesmo valor se contribui para a produção de energia, que irá gerar altos lucros como propriedade que tem outras funções econômicas, além de sociais.

Essa é a questão de fundo que nós vamos trazer firmemente para esta Casa para discutirmos mais à frente.

Outro tema que está em pauta no dia de hoje refere-se à greve do magistério. Eu passei, há pouco, pela assembleia do Sinte e infelizmente se instalou uma queda de braço entre o governo, os funcionários e os professores. Não há diálogo por parte do governo, que infelizmente não abriu nenhum canal de negociação com os professores, o que é lamentável. Uma categoria tão importante para o estado, uma categoria que trabalha com os catarinenses que vão dirigir o nosso estado, que vão trabalhar, que vão fazer política, que vão tocar a nossa economia, não é ouvida. E quem de fato perde nesse processo todo? Com certeza são os nossos jovens, são as nossas crianças, é o nosso estado. Pode ser até que alguém diga que foi um ganhador ou que foi um perdedor, se porventura terminar a greve. Agora, se alguém sair sem resultado concreto desse processo, principalmente se forem os professores, a qualidade da educação com certeza vai sofrer mais uma vez, porque os professores vão estar com baixa auto-estima para continuar o seu trabalho nas escolas.

Isso é muito sério para o nosso estado! Precisamos retomar a questão salarial em nosso país. Ontem, inclusive, o deputado Manoel Mota trouxe para esta tribuna uma questão importante do governo federal, que é o fato de não ter discutido também com os professores. Mas nós podemos comprovar que o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional medida provisória para garantir reajustes salariais para quase 800 mil servidores federais; para os professores os índices variam de 20,5% a 61,8% até 2010. Essa, com certeza, além da questão do piso salarial nacional da educação, que é de R\$ 950,00 para o Brasil todo, é uma conquista importantíssima para os educadores do Brasil.

Esperávamos que não existissem perdedores, mas entendemos que já há, por uma queda de braço que ocorreu na questão dos professores com o governo do estado de Santa Catarina. Com certeza, quem perde é a sociedade catarinense e, principalmente, os trabalhadores do serviço público, os trabalhadores da área da educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente e srs. deputados, na antevéspera da Páscoa não poderia deixar de ocupar a tribuna desta Casa para fazer uma referência toda especial a três importantes municípios de Santa Catarina.

O primeiro deles, evidentemente, é São José, que hoje comemora 258 anos de existência; o segundo é Florianópolis, que aniversariará no dia 23, completando 282 anos; e o terceiro é a maravilhosa cidade de Caçador, que na segunda-feira completará 74 anos.

(Passa a ler.)

"São três importantes cidades catarinenses que aniversariam nesta semana e início da semana que vem.

A cidade de São José completa hoje 258 anos de fundação e é um dos municípios mais antigos de Santa Catarina. É também um dos mais belos. Suas paisagens encantam com os casarios açorianos e antigas construções: o imponente Teatro Adolpho Mello, a Casa da Cultura, o Largo da Carioca e a Igreja Matriz.

São José também possui vários pontos turísticos naturais, entre eles os balneários de Guararema e da Pedreira. Mas a cada dia seu perfil de cidade pacata vai ficando mais distante. Atualmente São José assume características de potência econômica. Com quase 200 mil habitantes, é o quinto município em arrecadação do estado de Santa Catarina. Sem dúvida, uma história de crescimento e riqueza construída com a dedicação de seu povo. Os josefenses acreditam, apostam, orgulham-se e amam a terra onde vivem. Parabéns a São José, cidade-irmã de Florianópolis.

E é sobre Florianópolis, que passo também a falar agora, tendo em vista o seu aniversário. A nossa capital, a capital de todos catarinenses, completará, dia 23 de março, domingo, 282 anos de existência. Também é uma cidade extremamente charmosa, tem sua beleza cantada em prosa e verso, motivo de orgulho para Santa Catarina e para todos nós, brasileiros.

É bom falar sobre esta cidade, pela qual todos se apaixonam e que recebe de braços abertos visitantes de todos os lugares. Mas não podemos fechar os olhos para os problemas que ameaçam a qualidade de vida dos que aqui moram. Nosso comprometimento com a cidade vai além da superficialidade. Como parlamentares que somos temos o dever de apontar os pontos críticos que hoje estamos a vivenciar na nossa capital.

Após quase três séculos de emancipação, Florianópolis, como todas as cidades que cresceram demais em pouco tempo, precisa repensar o seu futuro. São muitos e graves os problemas a serem enfrentados, problemas que podem ser solucionados com um pouco de engenhosidade, uma dose generosa de bom-senso e muita boa vontade - problemas como gargalos no trânsito."

Eu tenho debatido muito, deputado José Natal, acerca da questão rodoviária de Florianópolis. Nós temos os acessos à ponte Colombo Salles e a saída da ponte Pedro Ivo Campos. Precisamos ter, de uma vez por todas, a duplicação da Via Expressa; nós precisamos ter, de uma vez por todas, as duplicações da SC-401, trecho de Jurere até Ingleses para que a nossa gente possa chegar mais cedo em casa e sair um pouco mais tarde para trabalhar no centro da cidade, e da SC-405, que atormenta a vida da população do sul da ilha.

Temos que dar mais conforto àquelas pessoas que ficam paradas dentro dos ônibus por uma, duas horas ao saírem do Ribeirão da Ilha, do Pântano do Sul, da Armação, do Campeche, da Tapera, do Rio Tavares e da Fazenda do Rio Tavares e deslocarem-se ao centro da cidade para trabalhar ou estudar.

Temos a SC-404, que no trecho entre o Cemitério do Itacorubi e o Morro da Lagoa atormenta muito a nossa gente também; temos o problema do aumento da violência: aumentou muito a violência na capital, como também na Grande Florianópolis. Quanto à depredação da natureza, temos que cuidar do meio ambiente, dos bolsões de pobreza, porque a cada dia que passa ficamos sabendo que há mais gente com menos renda na capital. O transporte coletivo não agrada todos e deve ser tema obrigatório de debate constante entre as autoridades e a sociedade civil organizada.

E aqui faço um apelo: chega de empurrar a sujeira para baixo do tapete. Ninguém quer falar de assuntos espinhosos, mas esse é o momento de reflexão. Ao completarmos 282 anos de existência, esse tem que ser também um momento para refletirmos, efetivamente, o que queremos de Florianópolis: se queremos uma cidade pacata, uma cidade cosmopolita, ou, então, se queremos uma metrópole. E aí temos que mudar toda a estrutura que ora temos aqui instalada.

Mas não dá mais para evitar a realidade. Agora falo aqui como manezinho que sou de Florianópolis. Hoje, amar Florianópolis significa lutar por ela.

Também concito todos, mesmo aqueles que não tenham nascido na nossa capital, a capital de todos os catarinenses, para que juntos possamos debater o futuro da nossa cidade, o futuro da capital de todos os catarinenses, porque daqui é que ecoam todos os sinais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

É importante o ano de 2008, pois vamos ter eleição municipal na capital, como de resto em todas as cidades de Santa Catarina.

(Continua lendo.)

"Por fim, a terceira cidade a comemorar a emancipação, também, é Caçador. Distante do litoral e localizada no meio-oeste de Santa Catarina, Caçador completa 74 anos no dia 25 de março.

Palco da Guerra do Contestado, Caçador foi erguida com o dinamismo, a força e a coragem dos imigrantes poloneses, árabes, italianos e alemães, entre outros, atraídos pela expansão da agropecuária, da indústria madeireira, do comércio e dos serviços.

O município de Caçador é, hoje, o 5º maior exportador de Santa Catarina e o 14º em arrecadação. Mas o maior patrimônio de Caçador continua sendo o seu povo corajoso e empreendedor. Admiro aquela cidade, administrada brilhantemente pelo prefeito tucano Saulo Sperotto, e reafirmo o meu compromisso de trabalhar para que Caçador continue desenvolvendo-se e preservando seus costumes, sua história e suas belezas naturais."

Que todos tenham uma feliz Páscoa!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sra., presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente, eu queria também, já que estou inscrito e não haverá mais tempo hábil para eu me pronunciar, deixar aqui registrados os meus cumprimentos a todo o povo de Florianópolis pelos 282 anos que a nossa capital completará no próximo domingo. Com certeza absoluta, o deputado Marcos Vieira aqui já o fez e brilhantemente representou-me.

E gostaria de deixar novamente o registro do aniversário do meu município, que está completando, hoje, 258 anos, mas que, lamentavelmente, nesse momento, não é a São José que eu quero para mim e para a maioria da sociedade. Espero que a partir de hoje as coisas melhorem na minha cidade e que todos vivam em harmonia.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, srs. deputados, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, muito rapidamente, gostaria também de parabenizar a população de Florianópolis, cidade na qual morei por 13 anos, de 1987 até 2000, e também a cidade de São José, na qual moro há oito anos.

Então, um grande abraço para toda a população que faz a riqueza e o progresso dessas duas cidades!

São José, a cidade em que moro, lamentavelmente está comemorando 258 anos entre tapas, murros e palavrões das autoridades constituídas. Então, é algo efetivamente a lamentar que no aniversário de 258 anos da cidade os Poderes Legislativo e Executivo estejam esbarrando e indo para as vias de fato em público, num evento com a presença, inclusive, do governador do estado. A nossa cidade de São José efetivamente não merece isso!

Portanto, um grande abraço a todos os trabalhadores e trabalhadoras, à população, à juventude de São José e Florianópolis, essas grandes cidades na qual vivemos por mais de 20 anos, sem esquecer da terra natal, Imbuia, no alto vale do Itajaí.

Eu quero falar de um tema, mas como tenho muito pouco tempo, terei que voltar à tribuna na semana que vem falando deste assunto: a precariedade da saúde pública em Santa Catarina. Está um caos a saúde pública de Santa Catarina. Não obstante as justificativas das autoridades, ela está cada vez pior. O nome disso, se for para dizer em uma palavra, é privatização.

A situação de precarização está exposta, como, por exemplo, na falta de médicos, enfermeiros e técnicos, conforme expõe a ação civil pública para o cumprimento de obrigação de fazer que o Ministério Público interpôs, dizendo o que o governo do estado tem que fazer para um bom atendimento público de saúde nos hospitais aqui da região.

E vejam o que falta de profissionais de saúde para dar conta do recado aqui na Grande Florianópolis:

(Passa a ler.)

§ "No Hospital Infantil Joana de Gusmão faltam 47 médicos e 72 outros profissionais de enfermagem, técnicos, etc.;

§ No Hospital Celso Ramos faltam 57 médicos e 72 outros profissionais de saúde;

§ No Hospital Regional São José faltam 90 médicos e 141 profissionais em geral;

§ No Hospital Florianópolis faltam 18 médicos e 22 outros profissionais na área de enfermagem;

§ No Hospital Nereu Ramos faltam 14 médicos e 57 outros profissionais;

§ Na Maternidade Carmela Dutra faltam 29 médicos e 84 outros servidores."

Ou seja, a situação de precarização está dada. O processo de terceirização está aí. Por exemplo, esta noite, deputada Ana Paula Lima, no Hospital Florianópolis duas técnicas de enfermagem cuidaram a noite inteira de 28 pacientes numa clínica médica. E nessa mesma clínica foi colocada uma senhora de 32 anos de idade, que estava na UTI e, portanto, com respirador, junto com 28 pacientes e apenas duas servidoras para tomar conta. E essa senhora faleceu de madrugada nessa clínica médica, sendo que ela deveria estar numa UTI, conforme recomendação médica.

Temos acompanhado servidores da área da saúde que estão vivenciando isso muito de perto. E são pessoas que trabalham há 20 anos na saúde e que não

deveriam mais se emocionar com essa situação, mas elas choraram ao falar da situação dos hospitais e das condições nas quais elas estão trabalhando aqui na Grande Florianópolis e em todo o estado de Santa Catarina.

Vamos voltar a este assunto que é de interesse do conjunto da população. É preciso que este Poder Legislativo, através de seus membros, ouça, pronuncie-se e fale sobre isso. Não podemos ficar com os argumentos de que está tudo bem. Está tudo ruim e...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Sargento Amauri Soares. Tenho certeza de que temos que levantar esse tema com mais profundidade na semana que vem.

Srs. deputados, público que nos acompanhou durante toda esta tarde de quarta-feira pela nossa TVAL e ouvintes da Rádio Digital, desejo um bom final de semana e uma feliz Páscoa em família.!

Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 046, de 25/03/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 183/2008,

RESOLVE: *com fundamento no artigo 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR ao servidor **PAULO JOSÉ ROSA**, matrícula nº 1355, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-45, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 25 de fevereiro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 047, de 25/03/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 184/2008,

ATRIBUIR à servidora **ROSANGELA ROSA**, matrícula nº 1030, ocupante do cargo de Agente Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Fundamental, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/AGL-32, padrão vencimental correspondente ao código PL/AGL-51, a contar de 25 de fevereiro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 048, de 25/03/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2231/2007,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **ADO STEINER**, matrícula nº 1278, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, correspondente a 100% (cem por cento) da diferença do valor do código de seu cargo efetivo e do código do cargo em comissão, PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, com eficácia financeira a contar de 09 de novembro de 2007, fazendo cessar os efeitos do Ato da Mesa nº 098, de 02 de maio de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 049, de 25/03/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2231/2007,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **MAURICIO NASCIMENTO**, matrícula nº 2039, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, correspondente a 100% (cem por cento) da diferença do valor do código de seu cargo efetivo e do código do cargo em comissão, PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, com eficácia financeira a contar de 09 de novembro de 2007, fazendo cessar os efeitos do Ato da Mesa nº 093, de 02 de maio de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 050, de 25/03/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta da Comunicação Interna nº 110/2007,

ATRIBUIR ao servidor **SERGIO ROGERIO FURTADO ARRUDA**, matrícula nº 0620, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de

Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 12 de dezembro de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E A MULHER REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 10:30 HORAS.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e sete de fevereiro do ano de dois mil e oito, sob a Presidência da Senhora Deputada Ada De Luca, amparada pelo Art.123 do § 1º do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, referente à 2ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos Senhores(as) Deputados(as): Ada de Luca, Elizeu Mattos, Odete de Jesus e Silvio Dreveck, em substituição ao Deputado Kennedy Nunes, e justificada a ausência do Senhor Deputado Genésio Goulart. Iniciando os trabalhos, foi aprovada Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada na data de 12 de dezembro do 2007, e Ata de Instalação, realizada na data de 12 de fevereiro de 2008. Os Senhores Deputados passaram a relatar as matérias: o senhor Deputado Elizeu Mattos, leu os seus pareceres nos Projetos; PL nº 0407.9/2007, que dispõe sobre a Obrigatoriedade de Instalação de Brinquedos Adaptados para Crianças com Deficiência nos parques e áreas de lazer, de autoria do Deputado Darci de Matos, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação foi solicitado Vistas em gabinete para o Deputado Kennedy Nunes (Dep. Silvio Dreveck); PI nº 0547.9/2007, que dispõe sobre a Doação de Produtos Apreendidos pelas Autoridades às Instituições Filantrópicas, de autoria da Deputada Odete de Jesus, exarando parecer pela aprovação que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Na sequência a Senhora Presidente convida a Deputada Odete de Jesus para ler o parecer do Deputado Serafim Venzon, no Projeto de Lei nº 0355.3/2007, que Institui a Política de Prevenção à Violência contra Educadores na rede de ensino fundamental e médio do Estado de Santa Catarina, de autoria do Deputado Professor Grandó, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Antes de encerrar os trabalhos, a Senhora Presidente convidou os Senhores Deputados membros para participarem das Audiência Públicas, da 1ª Jornada Maria da Penha e da Sessão Solene em homenagem ao Senhor Beto Carneiro, que ocorrerão no mês de março e os convocou para as Reuniões Ordinárias da Comissão que se realizarão quinzenalmente às quartas-feiras, às dez horas. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Claudiane B. Remor Borghezán, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pela senhora Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 27 de fevereiro de 2008.

Deputada Ada de Luca

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO DE ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às dezoito horas do dia doze de março do ano de dois mil e oito, sob a presidência do senhor Deputado Silvio Dreveck, amparado no Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da primeira reunião ordinária da Comissão, que contou com a

presença dos senhores deputados Elizeu Mattos, Pedro Uczai e Ada de Luca. O senhor presidente colocou em deliberação e votação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, colocou em apreciação o requerimento subscrito pelos senhores deputados Pedro Uczai, Dirceu Dresch e Pedro Baldissera que solicita realização de audiência pública no município de São Carlos para discutir a barragem da foz do rio Chapecó, na qual serão abordados itens como a realidade econômica e social dos atingidos pelas obras e a situação atual dos trabalhadores. Ato contínuo, o senhor deputado Pedro Uczai pediu a palavra para pedir o apoio dos demais membros na Comissão para a sua aprovação, uma vez que há necessidade urgente de mediar os conflitos criados. O senhor presidente colocou em discussão e votação o citado requerimento, que foi aprovado por unanimidade. Na sequência, passou a palavra novamente ao deputado Pedro Uczai, que informou que vem conversando com a mesa diretora da Alesc desde o ano passado sobre possibilidade de realização de um fórum para discutir e fomentar o uso de energias renováveis e a prática do consumo responsável, propondo, para tanto, que o processo de viabilização do evento possa contar com a referida Comissão, já que, como disse o deputado Elizeu Matos em outra oportunidade, a Comissão de Justiça, em grande parte, está substituindo as outras Comissões, o debate de mérito acaba acontecendo lá, assim como ocorreu com o evento sobre a reserva extrativista, que não foi a Comissão do Meio Ambiente que promoveu, foi a Comissão de Justiça, o que não seria o caso, pois não estava sendo discutida nem a legalidade nem a constitucionalidade; disse ainda que as Comissões de mérito têm que ser valorizadas, uma vez que têm poder de decisão de construir políticas públicas. Finalizando, deixou claro que a apoiadora central do evento deveria ser a Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, colocando-se à disposição para coordenar os trabalhos, bem como para representar a Alesc no evento. Por sua vez, a deputada Ada de Luca pediu a palavra para parabenizar o deputado Pedro Uczai pelo seu posicionamento, uma vez que as Comissões precisam ter mais espaço, inclusive na mídia. Ato contínuo, o senhor presidente apoiou a solicitação do deputado Pedro Uczai, colocando a Comissão à disposição para a realização do evento. O senhor deputado Elizeu Mattos comentou que concorda com as palavras do deputado Pedro Uczai a respeito da pouca participação das Comissões, destacando que a causadora maior é a Comissão de Justiça, que está não está dando às demais Comissões a oportunidade de se manifestarem, desrespeitando assim o Regimento Interno. Dando continuidade, o senhor presidente colocou em discussão e votação o **PL/0222.2/2007**, de autoria do senhor deputado Darci de Matos, que "**Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia do rio Saí-Gauçú, no Município de Garuva**". O senhor relator, deputado Elizeu Mattos, ofereceu parecer favorável à matéria, alertando à assessoria da Casa que o projeto deve ser adequado à Lei nº 14.182/2007, havendo necessidade, na redação final, da sua adequação. Em seguida, projeto foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a reunião, da qual eu, Elenice Martins Ferreira Ramos, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Deputado Silvio Dreveck

Presidente

*** X X X ***

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 585

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a Vossas Excelências que sancionei o autógrafo do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual", vetando, contudo, os §§ 1º e 3º do art. 3º e os incisos III e IV do art. 4º, por serem inconstitucionais ao determinar condutas ao Poder Executivo ferindo, portanto, o art. 32, o inciso VI do § 2º do art. 50, as alíneas a e b do inciso IV do art. 71 da Constituição Estadual, o veto consubstancia clara interferência nos assuntos da administração interna do Poder Executivo, vulnerando, assim, não apenas os princípios constitucionais que regem o processo legislativo no âmbito do Estado, mas também o princípio da independência e harmonia dos Poderes do Estado.

Outrossim, permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem a manifestação do Ministério Público Estadual.

Florianópolis, 18 de março de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 25/03/08

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Florianópolis, 4 de março de 2008. Ofício n. 57403.1/PGJ
Excelentíssimo Doutor

JOSÉ ARI VEQUI

Secretário de Estado de Coordenação e Articulação

NESTA

Senhor Secretário de Estado,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício n. 1196/SCA-DIAL-GEMAT, versando sobre o autógrafo do Projeto de Lei Complementar n. 456/2007, solicito a Vossa Excelência o veto do disposto no Art. 4º, IV, que incorre em inconstitucionalidade, por vício formal, pois, por iniciativa parlamentar, dispõe sobre a organização e cria atribuições para o Ministério Público catarinense, afrontando diretamente o disposto nos Arts. 50 e 97 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Por outro lado, louvando a iniciativa parlamentar para a criação do Programa de Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual, manifesto o interesse do Ministério Público estadual em participar do programa por meio de convênio oportunamente firmado.

Atenciosamente,

GERCINO GERSON GOMES NETO

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 456/07

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Programa de Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual.

Art. 2º Consideram-se violência sexual, para os fins do disposto nesta Lei, os seguintes crimes definidos no Código Penal Brasileiro:

- I - estupro;
- II - atentado violento ao pudor;
- III - posse sexual mediante fraude;
- IV - atentado ao pudor mediante fraude;
- V - sedução;
- VI - corrupção de menores;
- VII - raptio violento mediante fraude;
- VIII - raptio consensual; e
- IX - perigo de contágio venéreo.

Art. 3º O Programa de Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual consiste na assistência médico-legal, médico-assistencial, psicológica, social e jurídica às vítimas dos crimes a que se refere o art. 2º, prestada em hospital previamente conveniado com o poder público.

§ 1º Nas hipóteses de que trata esta Lei, fica assegurado o exercício do direito a que se refere o Código de Processo Penal e a Lei federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, mediante o transporte especial em veículo descaracterizado, da delegacia policial em que ocorrer a comunicação do fato delituoso até o hospital a que se refere o *caput* e de lá até a delegacia policial de que a vítima tiver sido transportada ou até o local que esta vier a indicar.

§ 2º A elaboração do Boletim de Ocorrência noticiando a violência sofrida, bem como os exames médicos periciais que se façam necessários ocorrerão, obrigatoriamente, no estabelecimento hospitalar a que se refere o *caput*.

§ 3º Os exames médicos a que se refere o parágrafo anterior serão executados por profissionais do sexo feminino, nos casos de violência cometida contra mulheres.

Art. 4º O Programa ficará sob a responsabilidade dos seguintes órgãos públicos, a execução e a regulamentação da presente Lei dar-se-á em sessenta dias, após sua publicação:

I - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão;

II - Secretaria de Estado da Saúde;

III - Procuradoria Geral do Estado; e

IV - Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão deverá firmar convênios com a Secretaria de Estado da Saúde, Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com pessoas físicas, jurídicas, entidades privadas ou entidades vinculadas, para a execução da presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de fevereiro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 586

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a Vossas Excelências que sancionei o autógrafo do projeto de lei que "denomina Vales da Uva Goethe a região compreendida entre os Municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza e adota outras providências", vetando, contudo, o art. 2º, por ser inconstitucional.

O parecer da Procuradoria Geral do Estado, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 18 de março de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 25/03/08

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Parecer no PAR 0085/08

Processo PPGE nº

Origem: Procuradoria Geral do Estado

Interessado: Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação

Assunto: Autógrafo do projeto de lei nº 650/07, que "denomina Vales da Uva Goethe a região compreendida entre os Municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza e adota outras providências."

Sr. Procurador-Geral do Estado

O Senhor Secretário de Estado da Coordenação e Articulação encaminha à esta Procuradoria autógrafo do projeto de lei supra referido para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Referido projeto denomina Vales da Uva Goeth a região compreendida entre os Municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza e, ainda, determina que o Estado de Santa Catarina, através de seus órgãos de fomento agropecuário e do turismo, disponibilize apoio técnico à promoção de eventos que estimulem a movimentação cultural, ambiental, econômica e financeira através dos negócios realizados em feiras e exposições nos municípios de abrangência.

Estes, em síntese, seus principais pontos.

Passo a me manifestar.

Não obstante o nobre propósito deste projeto, *data venia*, entendo que este deve ser vetado, parcialmente, por incorrer em vícios insanáveis quanto a aspectos constitucionais tanto em termos de iniciativa do processo legislativo, quanto na tarefa de executar as atividades ali previstas, ofendendo o princípio da independência e harmonia dos Poderes do Estado, inscrito no art. 2º, da Constituição Federal, reproduzido pelo art. 32, da Carta Estadual, nos seguintes termos:

“Art. 32 - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

O projeto aprovado pelo Parlamento Catarinense, ao impor a criação de despesa não prevista no orçamento e estabelecer novas atribuições à órgãos estaduais, insere-se em matéria cuja iniciativa de lei é privativa do Senhor Governador do Estado, por disposição constitucional, restando evidente, portanto, a inconstitucionalidade formal de todo o projeto em virtude da ocorrência deste vício.

O artigo 5º, §2º, inciso VI da Carta Estadual estabelece a competência para início do processo legislativo sobre a estrutura de órgãos públicos:

“Art. 50 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 2º - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

VI - a criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 71, IV.”

Por sua vez, o artigo 71, inciso IV da Carta Estadual dispõe:

“Art. 71. São atribuições privativas do Governador do Estado:

IV - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; e

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;”

Veja-se que o projeto consubstancia clara interferência nos assuntos da administração interna do Poder Executivo, vulnerando, assim, não apenas os princípios constitucionais que regem o processo legislativo no âmbito do Estado, mas também o princípio da independência e harmonia dos Poderes do Estado.

O Tribunal de Justiça do Estado tem decidido:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL N. 11.858/01. VICIO FORMAL. LEI DE ORIGEM PARLAMENTAR, QUE, EM SEU ART. 2º, ESTABELECE COMPETÊNCIA À SECRETARIA DE ESTADO PARA IMPLEMENTAR A DIVULGAÇÃO DAS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS E ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL.

MATÉRIA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO. LEI QUE ENVOLVE POLÍTICA DE GASTOS PÚBLICOS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. AFRONTA AOS ARTS. 32 E 50, § 2º, INCS. III E VI, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

“Um projeto resultante de iniciativa inconstitucional sofre de pecado original, que a sanção não tem a virtude de apagar, até porque, a par das razões jurídicas, militam os fortes motivos políticos que determinaram a exclusividade da iniciativa presidencial, cujo afastamento poderia conduzir a situações de intolerável pressão sobre o Executivo.” (Marcelo Caetano).

INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA.” (ADI nº 2002.003go6-3, relator Desembargador Silveira Lenz)

Além do seu «cio formal, o projeto também viola o preceito contido no artigo 123 da Carta Estadual, pois a disponibilização de apoio técnico à promoção de eventos gera despesa não pre-Ásta no orçamento estadual, **sem indicar a fonte de custeio**, o que resulta em ofensa ao artigo 123 da Carta Estadual:

“Art. 123 - É vedado:

I - iniciar programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;”

Assim, face o ora exposto, é o presente no sentido de **recomendar o veto ao artigo 2º** do autógrafo ora em comento, face as inconstitucionalidades argüidas.

Este o parecer que submeto a Vossa Excelência.

Florianópolis, 03 de março de 2008.

Leandro Zanini

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

PPGE nº 1248/081

Assunto: Autógrafo do projeto de lei nº 650/07, que “denomina Vales da Uva Goeth a região compreendida entre os Municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza e adota outras providências”.

Interessado: SCA - Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho o **Parecer nº 0085/08**, às fls 16/18, da lavra do Procurador-chefe da Consultoria Jurídica, Leandro Zanini.

Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 06 de março de 2008.

SADI LIMA

Procurador-Geral do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 650/07

Denomina Vales da Uva Goethe a região compreendida entre os Municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Vales da Uva Goethe a região compreendida entre os Municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza.

Art. 2º O Governo Estadual, através dos órgãos de fomento agropecuário e do turismo, disponibilizarão apoio técnico à promoção aos eventos que estimulem a movimentação cultural, ambiental, econômica e financeira através dos negócios realizados em feiras e exposições nos municípios de abrangência.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de fevereiro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 587

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que “Autoriza o parcelamento do pagamento das multas de trânsito no Estado de Santa Catarina”, por ser inconstitucional.

O parecer da Procuradoria Geral do Estado, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 18 de março de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 25/03/08

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PROCURADORIA GRAL DO ESTADO
 PARECER Nº PAR 0087/08
 PROCESSO PPG Nº 1345/087
 INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA COORDENAÇÃO
 ARTICULAÇÃO
 ASSUNTO: Autógrafo do projeto de lei nº 044/07 que "autoriza o parcelamento do pagamento das multas de trânsito no Estado de Santa Catarina."

Sr. Procurador-Geral do Estado

O Senhor Secretário de Estado da Coordenação e Articulação encaminha à esta Procuradoria autógrafo do projeto de lei supra referido para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Referido projeto autoriza o parcelamento do pagamento das multas de trânsito no Estado de Santa Catarina, estabelecendo, para tanto, os critérios e condições para que o benefício seja usufruído.

Estes, em síntese, seus principais pontos.

Passo a manifestar-me.

Não obstante o nobre propósito deste projeto, *data venia*, entendo que este deve ser vetado integralmente por incorrer em vícios insanáveis quanto a aspectos constitucionais.

A Constituição Federal delegou à União a competência legislativa de matérias que necessitam de tratamento hegemônico por todos os entes que integram a federação e de toda a sociedade brasileira.

A partir desta idéia é que se formou a relação das matérias cuja competência legiferante é privativa da União e aquelas as quais lhe compete fixar as normas gerais.

Urge, ainda, que se diga que adotou o constituinte federal, para a configuração da competência legislativa dos Estados, Distrito Federal e/ou Municípios, como regra geral, a expressa delegação.

Assim, quando quis delegar competência legiferante aos entes membros do sistema federativo, o fez expressamente.

O artigo 22 da Constituição Federal, em seu inciso II, estabelece:

"Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XI - trânsito e transporte;"

Na hipótese sob exame não existe delegação da União aos Estados para legislar sobre a matéria.

As multas por infrações as normas de trânsito de veículos estão disciplinadas na lei federal 9.503, de 23 de setembro de 1997, denominada Código de Trânsito Brasileiro, não podendo aquelas serem dissociadas destas.

A infringência à Constituição Federal fica evidenciada ao se verificar que o artigo 2º faz expressa referência as multas de trânsito enquadradas na situações previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Ressalte-se que a legislação federal, em nenhum momento, prevê a possibilidade do parcelamento do pagamento das multas de trânsito ou permite aos Estados que assim a disciplinem.

Destaque-se, ainda, que a competência da autoridade administrativa de trânsito estadual para aplicação das penalidades decorre de expressa delegação do próprio Código de Trânsito:

"Art. 22. Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição:

VI - aplicar as penalidades por infrações previstas neste Código, com exceção daquelas relacionadas nos incisos VII e VIII do art. 24, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;"

Veja-se, trata-se de mera delegação para aplicação das penalidades por infrações, o que não pode ser entendido como delegação para legislar sobre a matéria.

O Supremo Tribunal Federal tem decidido:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 7.723/99 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **PARCELAMENTO DE MULTAS DE TRÂNSITO**. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. 1. Esta Corte, em pronunciamentos reiterados, assentou ter, a Constituição do Brasil, conferido exclusivamente à União a competência para legislar sobre trânsito, sendo certo que os Estados-membros não podem, até o advento da lei complementar prevista no parágrafo único do artigo 22 da CB/88, legislar a propósito das matérias relacionadas no preceito. 2. Pedido de declaração inconstitucionalidade julgada procedente." (ADI nº 2432, relator Min. Eros Grau)

Ainda:

"Ação Direta de inconstitucionalidade contra a Lei estadual nº 7.738, publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo de 6 de abril de 2004. 2. **Parcelamento de multas de trânsito**. 3. Alegada ofensa à competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte (art. 22, XI, da Constituição). 4. Precedentes: ADI 2064 MC, Rei. Min. MAURICIO CORRÊA, DJ 5.11.1999; ADI 2432 NIC, Rei. Min. NELSON JOBIM, DJ 21.9.2001; ADI 2101, Rei. Min. MAURICIO CORRÊA, DJ 05.10.2001; ADI 2582, Re.: Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ 06.06.2003; ADI 2644, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJ 17.09.2003; ADI 2814, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, DJ 05.02.2004. 5. Liminar deferida com eficácia ex nunc." (ADI-MC nº 3196, relator Min. Gilmar Mendes)

O Supremo Tribunal Federal também declarou a inconstitucionalidade da lei estadual catarinense nº 11.387, de 03 de maio de 2000, que versava sobre isenção de multas de trânsito:

"CONSTITUCIONAL. TRÂNSITO. MULTA: ISENÇÃO. Lei 11.387/2000 do Estado de Santa Catarina. C.F., art. 22, XI. I.- **Legislação sobre trânsito: competência privativa federal: C.F., art. 22, XI. II.- Lei 11.387, de 03.5.2000, do Estado de Santa Catarina, que isenta do pagamento de multas de trânsito nas hipóteses que menciona: sua inconstitucionalidade, porque trata-se de matéria que diz respeito ao trânsito**. III. - ADI julgada procedente." (ADI nº 2814, relator Min. Carlos Velloso)

Cita-se ainda:

'AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 13.279, DE 11.10.2001, DO ESTADO DO PARANÁ. TRÂNSITO FIXAÇÃO DE VALOR MÁXIMO PARA PAGAMENTO DE MULTAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO. **INVASÃO DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO PREVISTA NO ART. 22, XI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Apenas a União tem competência para estabelecer multas de trânsito**. A fixação de um teto para o respectivo valor não está previsto no Código de Trânsito Brasileiro, sendo descabido que os Estados venham a estabelecê-lo. **Ausência de lei complementar federal que autorize os Estados a legislar, em pontos específicos, sobre trânsito e transporte, conforme prevê o art. 22, par. único da CF**. Precedentes: ADI nº 2.064, Rei. Min. Maurício Corrêa e, em sede cautelar, ADI nº 2.328, Rel. Min. Maurício Corrêa, ADI nº 2.137, Rel. Min. Sepúlveda Pertence e ADI nº 2.432, Rei. Min. Nelson Jobim. Ação direta julgada procedente. "(ADI nº 2644, relatora Min. Ellen Gracie)

Logo, o Poder Legislativo catarinense ao aprovar o projeto de lei ora sob exame afrontou competência legislativa privativa da União.

Assim, face o ora exposto, é o presente no sentido de recomendar o **veto integral** ao autógrafo do projeto de lei nº 044/07, ora em comento, face a inconstitucionalidade argüida.

Este o parecer que submeto a Vossa Excelência.

Florianópolis, 06 de março de 2008.

Leandro Zanini

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
 GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

PPGE nº 1345/087

Assunto: Autógrafo do projeto de lei nº 044/07, que "**autoriza o parcelamento do pagamento das multas de trânsito no Estado de Santa Catarina**".

Interessado: SCA - Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho o **Parecer nº 0087/08**, às fls 52/55, da lavra do Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Leandro Zanini.

Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 06 de março de 2008.

SADI LIMA

Procurador-Geral do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 044/07

Autoriza o parcelamento do pagamento das multas de trânsito no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento administrativo de multas de trânsito no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O parcelamento de que trata o *caput* deste artigo abrangerá apenas os veículos licenciados no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Será facultado ao proprietário de veículo, sobre o qual incidam multas de trânsito de competência estadual, que se enquadrem nas situações previstas na Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, o parcelamento do valor devido em até três parcelas mensais, iguais e sucessivas.

Parágrafo único. As parcelas deverão ser reajustadas mensalmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pelo menor índice oficial adotado pelo Executivo Estadual.

Art. 3º O parcelamento abrange as infrações praticadas até a data da publicação desta Lei, não sendo contempladas as infrações que vierem a ser cometidas posteriormente.

Parágrafo único. O benefício compreende exclusivamente as multas de trânsito, ficando excluído qualquer outro débito constante do prontuário do veículo, que deverá ser liquidado no momento da adesão ao acordo de parcelamento.

Art. 4º O acordo será lavrado em termo específico a ser expedido pelo órgão competente, ao qual incumbirá a concessão, controle e administração do parcelamento, bem como, as adequações sistêmicas que forem necessárias para sua efetivação.

Art. 5º Caberá exclusivamente ao proprietário do veículo ou ao seu representante legal o pedido de parcelamento do débito.

Art. 6º A formalização de termo específico de parcelamento impossibilitará a transferência de propriedade do veículo, enquanto não saldada a integralidade da dívida.

Art. 7º Para fins de licenciamento, o vencimento da última parcela não poderá ultrapassar o mês imediatamente anterior ao do licenciamento veicular anual, de acordo com o dígito final da placa do veículo.

Art. 8º O acordo de parcelamento será automaticamente rescindido em caso de inadimplência de qualquer parcela, ensejando o vencimento automático e antecipado total da dívida e a vinculação do saldo devedor ao registro de licenciamento do veículo, bem como sua execução pela via judicial, a critério da entidade executiva de trânsito.

Art. 9º As multas de trânsito que tenham sido objeto de impugnação ou recurso administrativo ainda pendentes de decisão, não poderão ser objeto de parcelamento.

Art. 10. O pedido de parcelamento referido nesta Lei deverá ser efetuado no prazo máximo de noventa dias, contados da data da publicação de sua regulamentação pelo Executivo, ficando terminantemente proibida sua prorrogação.

Parágrafo único. Caberá ao Executivo, em sua regulamentação, criar mecanismos que facilitem o ingresso do contribuinte ao benefício, promovendo sua ampla divulgação nos canais institucionais do Estado.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2009.

Art. 12. Revogam-se as Leis nº 11.391, de 03 de maio de 2000 e nº 11.712, de 24 de abril de 2001.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de fevereiro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 588

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICMS, dos bares, hotéis, restaurantes e similares que venderem bebidas alcoólicas a menores de idade ou forem flagrados consentindo ou comercializando drogas", por ser inconstitucional.

O parecer da Procuradoria Geral do Estado, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 18 de março de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 25/03/08

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PAR 0083/08

ASSUNTO: AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI 065/07 QUE DISPÕE SOBRE A CASSAÇÃO DA EFICÁCIA DA INSCRIÇÃO, NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS -ICMS-, DOS BARES, HOTÉIS, RESTAURANTES E SIMILARES QUE VENDEREM BEBIDAS ALCOÓLICAS A MENORES DE IDADE OU FOREM FLAGRADOS CONSENTINDO OU COMERCIALIZANDO DROGAS.

Senhor Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, O Senhor Secretário de Estado da Coordenação e Articulação, em exercício, encaminha a esta casa autógrafo do projeto de lei supra referido para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Referido projeto de lei, de origem parlamentar, estabelece punições a bares, hotéis, restaurantes e similares que venderem bebidas alcoólicas a menores de idade ou forem flagrados consentindo ou comercializando drogas. Tais punições consistem em:

1 - Cassar a eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do imposto sobre operações de circulação de mercadorias e serviços -ICMS-;

2 - Inabilitação do estabelecimento à prática de operações relativas à circulação de mercadorias;

3 - Os sócios do estabelecimento serão impedidos de exercerem o mesmo ramo de atividade, mesmo que em estabelecimento distinto daquele e proibidos de entrarem com pedido de inscrição de nova empresa, no mesmo ramo de atividade, num prazo de dez anos contados da cassação.

Por derradeiro estabelece a divulgação no diário oficial do estado da relação dos estabelecimentos comerciais penalizados em conformidade com a lei, constando o nome dos sócios e endereços de funcionamento.

O projeto é meritório ao demonstrar preocupação com um dos mais graves problemas da atualidade, a comercialização de drogas.

Existem drogas lícitas e ilícitas, a venda das consideradas lícitas é proibida a crianças e adolescentes por determinação legal, as ilícitas estão fora do comércio, sendo severamente punidos os transgressores.

É de competência privativa da União legislar sobre direito penal (artigo 22, I, da Constituição Federal). A Legislação Federal estabelece punições a quem vende drogas ilícitas e também a quem vende drogas lícitas a menores de idade. Assim sendo, entendemos totalmente inconstitucional este projeto de lei por não ser da competência dos Estados membros legislar sobre direito penal.

E mais, o artigo 4 do projeto de lei em análise, ao estender as penalidades a todos os sócios do estabelecimento infrator pelo simples fato de serem sócios, viola o disposto no inciso XLV do artigo 5 da Constituição Federal que preceitua: "nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido".

Ainda é preciso que se diga que o Cadastro de Contribuintes do ICMS tem por finalidade especial manter o registro dos contribuintes cujas atividades envolvam operações de mercadorias ou prestações de serviços alcançados pelo imposto. A inscrição no cadastro de contribuintes é uma obrigação acessória que beneficia o fisco estadual. E mais, independentemente de o contribuinte estar regularmente constituído persiste a capacidade tributária, é o que preceitua o Código Tributário Nacional no inciso III do artigo 126.

Pelo exposto, entendemos que este projeto de Lei é inconstitucional, sendo assim recomenda-se seja **VETADO**.

Salve melhor juízo, estas são, em breve parecer, as considerações de ordem jurídica que submetemos a Vossa Senhoria.

Florianópolis, 29 de fevereiro de 2008.

TAITALO FAORO COELHO DE SOUZA

Procurador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
 GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
 PPGE nº 1159/089

Assunto: Autógrafo do projeto de lei nº 065/07, de origem parlamentar que "dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do ICMS, dos bares, hotéis, restaurantes e similares que venderem bebidas alcoólicas a menores de idade ou forem flagrados consentindo ou comercializando drogas".

Interessado: SCA - Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho o Parecer nº 0083/08, às fls 22/24, da lavra do Procurador do Estado Taitalo Faoro Coelho de Souza.

Encaminhe-se a Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 03 de março de 2008.

SADI LIMA

Procurador-Geral do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 065/07

Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICMS, dos bares, hotéis, restaurantes e similares que venderem bebidas alcoólicas a menores de idade ou forem flagrados consentindo ou comercializando drogas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Será cassada a eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICMS, dos bares, hotéis, restaurantes e similares que venderem bebidas alcoólicas a menores de idade ou forem flagrados consentindo ou comercializando drogas.

Art. 2º A não-conformidade tratada no artigo anterior será apurada na forma estabelecida pela Secretaria de Estado da Fazenda e comprovada por todos os meios de prova admitidos em direito, ficando o Poder Executivo compelido a regulamentar este artigo no prazo máximo de sessenta dias.

Art. 3º A falta de regularidade da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICMS, inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas à circulação de mercadorias.

Art. 4º A cassação da eficácia da inscrição do cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICMS, prevista no art. 1º, implicará aos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, em conjunto ou separadamente, do estabelecimento penalizado:

I - o impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, mesmo que em estabelecimento distinto daquele; e

II - a proibição de entrarem com pedido de inscrição de nova empresa, no mesmo ramo de atividade.

Parágrafo único. As restrições previstas nos incisos prevalecerão pelo prazo de dez anos, contados da data de cassação.

Art. 5º O Poder Executivo divulgará, por intermédio do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, a relação dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta Lei, fazendo constar os respectivos CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, nome completo dos sócios e endereços de funcionamento.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de fevereiro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 063

Dispõe sobre a continuidade da prestação de serviços essenciais aos consumidores desempregados.

Art. 1º Fica assegurada ao consumidor desempregado, nos termos desta Lei, a continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais.

§1º Consideram-se serviços públicos essenciais, para os fins desta Lei:

- a) abastecimento de água;
- b) distribuição de energia elétrica; e
- c) captação e tratamento de esgoto.

§ 2º Considera-se consumidor desempregado, para os fins desta Lei, aquele que tenha registrada em sua Carteira Profissional, emitida pelo Ministério do Trabalho, a baixa no último emprego há no mínimo um mês e no máximo seis meses, desde que tenha trabalhado pelo menos seis meses contínuos no último emprego.

Art. 2º Para fazer jus ao benefício que trata a presente Lei, o consumidor desempregado deverá ser o principal responsável pelo sustento da família e solicitar a concessão do benefício ao Poder Público ou concessionária responsável pela prestação do serviço.

Parágrafo único. O principal responsável pelo sustento da família, para os fins desta lei, é a pessoa responsável por mais de cinquenta por cento da renda familiar.

Art. 3º Fica vedada a interrupção da prestação de serviço aos consumidores de que trata o art. 1º desta Lei, por motivo de inadimplimento, por um prazo de noventa dias a partir da data do protocolo do pedido.

Parágrafo único. Para protocolar o pedido de concessão do benefício, o consumidor não poderá ter débitos pendentes.

Art. 4º Perderá o direito ao benefício o consumidor que ultrapassar:

- a) a primeira classe de consumo no abastecimento de água;
- e
- b) a primeira faixa no consumo de energia elétrica.

Art. 5º Só poderá ser concedido o benefício uma vez a cada período de vinte e quatro meses.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, em especial em relação à compensação financeira aos concessionários de serviços públicos do Estado, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro contratual.

Art. 7º Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar, dentro dos limites estabelecidos na lei orçamentária anual vigente, visando a inclusão das devidas classificações orçamentárias.

Parágrafo único. Os créditos de que trata o *caput* serão cobertos na forma prevista no § 1º do art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em,
 Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
 Sessão de 25/03/80

JUSTIFICATIVA

O desemprego é uma triste realidade na maioria dos países do mundo. A perda do emprego acarreta inúmeros problemas financeiros, morais e emocionais que poderão ser agravados pela degradação da qualidade de vida decorrente da falta de recursos necessários para a sua manutenção.

Os serviços essenciais, compreendidos como o fornecimento de água, esgoto e energia elétrica, são indispensáveis para viver com um mínimo de dignidade, a qual é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, como afirma a Constituição Federal, em seu art. 1º, inciso III.

A dignidade da pessoa humana deve ser absoluta e prevalecer sobre todos os outros valores, tanto individuais quanto coletivos, e seu respeito se traduz em repúdio a práticas vexatórias à cidadania. Apresenta uma face positiva de afirmação da integridade física e espiritual do indivíduo, a garantia da identidade e integridade da pessoa pelo livre desenvolvimento da personalidade e a garantia de mecanismos que assegurem a convivência em sociedade, dentre os quais inclui a garantia de condições existenciais mínimas.

Assim, nesse difícil período de transição, que é a procura de um novo emprego, pode ocorrer da família da pessoa desempregada, com a queda da renda familiar, não ser capaz de suportar o ônus dos serviços essenciais. Nada mais justo que se conceda à família um período para que esta se reequilibre, dando-lhe a chance de recomeçar dignamente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 064/08

Cria a Semana Estadual de Ações de Defesa Civil

Art. 1º Fica instituída no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina a Semana Estadual de Ações de Defesa Civil.

Parágrafo Único. A Semana Estadual de Ações de Defesa Civil será comemorada anualmente, de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) de maio.

Art. 2º O Poder Executivo, através do Departamento Estadual de Defesa Civil, poderá criar programas comemorativos ao evento.

Art. 3º Durante a Semana Estadual de Ações de Defesa Civil poderão ser ministrados seminários, aulas, palestras, concursos, ações de prevenção de desastres, conscientização da população sobre o seu dever social de defesa civil, que contribuam para a divulgação dos propósitos estabelecidos por esta Lei.

Art. 4º Fica instituído o dia 18 (dezoito) de maio como o dia Estadual de Ações de Defesa Civil.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Renato Hinnig

Lido no Expediente

Sessão de 25/03/08

JUSTIFICATIVA

Segundo a ONU, os desastres naturais triplicaram nos últimos 30 anos e o número de atingidos quintuplicou nos últimos 15 anos. No entanto, é possível afirmar que os desastres naturais não devem, necessariamente, provocar catástrofes humanitárias, já que estão disponíveis tecnologia e sistemas adequados para reduzir seu impacto. Prova disso, segundo a mesma ONU, é que, nos últimos 10 anos, o número de mortos caiu.

O Brasil é 23º país em incidências de desastres e Santa Catarina é um dos estados brasileiros mais afetados por adversidades de tempo e clima: granizo no Oeste, neve na serra, ciclones extratropicais na costa, enchentes no Vale do Itajaí, estiagens, El Niño, La Nina - até mesmo um furacão já nos atingiu, em março de 2004.

Graças ao trabalho de excelência realizado pelo Departamento Estadual de Defesa Civil, que, com o uso adequado da informação, monitora junto à Epagri/Ciram, divulga e alerta sobre possíveis riscos de desastres (situações adversas), fomos capazes, por exemplo, de afirmar categoricamente que o Furacão Catarina seria a catástrofe que de fato foi. E isso contra a opinião de muitos doutores e especialistas.

Um mês depois do Furacão Catarina, um artigo publicado na revista VOCÊ S.A., sob o título **As Lições do Furacão Catarina**, resumia a opinião unânime da mídia e dos especialistas nacionais e internacionais, extremamente honrosa para o sistema de Defesa Civil de Santa Catarina:

Há aproximadamente um mês, parte da costa de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul foi devastada por ventos de até 180 quilômetros, destruindo cerca de 1.400 construções, levando a um prejuízo estimado de mais de um bilhão de reais. Um dado que surpreendeu os especialistas foi o número de mortes: quatro. Isso mesmo, apenas quatro mortes decorrentes de catástrofe de tal proporção. A hábil manobra da Defesa Civil de Santa Catarina foi a principal responsável por evitar uma tragédia maior. Entre o alarme e a ação, o trabalho de divulgação, as instruções à população, o acompanhamento contínuo e a colaboração da população tornaram o caso equiparável às ações de nações já avançadas em lidar com situações parecidas, como o Japão e os EUA.

Outra forma de reconhecimento da excelência do trabalho desenvolvido é a possibilidade concreta, discutida no evento **Plataforma Global para a Redução de Risco de Desastres**, em Genebra, da implantação de um escritório da EIRD (Estratégia Internacional para a Redução de Desastres) em Santa Catarina. Assim como, também, a realização, em outubro de 2007, em Jaraguá do Sul, do 4º Fórum Nacional de Defesa Civil, que aconteceu na cidade durante a Semana Nacional de Prevenção de Desastres, com a presença de 24 estados.

Por seu excelente trabalho - reconhecido no Brasil e no mundo, minimizando os riscos de desastres no Estado, e garantindo a segurança dos catarinenses, justifica-se a lei que crie a semana estadual de Defesa Civil, e o dia estadual de Defesa Civil, período no qual caberá às diferentes instituições, interessadas nos assuntos, disseminar experiências; realizar ações de prevenção de desastres; e conscientizar à população sobre o seu dever social de defesa civil, pois trata-se de um 'dever do Estado, direito e responsabilidade de todos'.

Por ter sido criada através da lei 4841 de 18 de maio de 1973, sugerimos que o dia estadual de Defesa Civil seja o dia 18 de maio; e que a semana estadual de Defesa Civil seja a semana que abrange esse dia.

Histórico

Criada através da lei 4841 de 18 de maio de 1973, a Defesa Civil Estadual passa a ser organizada, sendo esta vinculada ao Gabinete da Casa Civil, com afinidade direta ao Governador do Estado.

Tal lei, já dispõe do sistema completo de Defesa Civil, incluindo o que existe até os dias atuais, porém com algumas características modificadas, incluindo sua vinculação.

A lei de organização da Defesa Civil Estadual, vem a alterar a lei 4547 de 31 de Dezembro de 1970, a qual trata da reforma administrativa do Estado.

Em Santa Catarina, o Sistema Estadual de Defesa Civil, como conhecemos hoje foi reeditado através da Lei Nº 10.925, de 22 de Setembro de 1998, que Dispõe sobre o Sistema de Defesa Civil - SIEDC, sobre o Fundo Estadual de Defesa Civil - FUNDEC e estabelece outras providências. Segundo o Art. 2º desta Lei "São objetivos do SIEDC: I - planejar e promover a defesa permanente contra desastres; II - prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas por desastres e recuperar áreas por eles deterioradas.

O Departamento Estadual de Defesa Civil integra a Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania e está organizada em quatro gerências: Prevenção; Minimização de Desastres, Administração e Apoio Operacional.

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 246, de 25/03/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, inciso IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 006/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1877	Antônio Henrique C. Bulcão Vianna	
0947	Valer Euclides Damasco	
1998	Bernadete Albani Leiria	

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 247, de 25/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, inciso IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 007/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Pregoeiro
1877	Antônio Henrique C. Bulcão Vianna	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
0947	Valer Euclides Damasco	
1998	Bernadete Albani Leiria	

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 248, de 25/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **MARCIO ANTONIO CHEDID ROSSI**, matrícula nº 0866, na DL/CE-Gerência de Relações Institucionais.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 249, de 25/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome do servidor MAIKEL SCHAEGLER, matrícula nº 5663, fazendo constar como sendo **MAYKEL SCHAEGLER**.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 250, de 25/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 146/08,

RESOLVE: de acordo com o artigo 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

Atribuir a **ILKA MARIA FRETTE LACERDA**, matrícula nº 1381, Adicional de Pós-Graduação, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com efeito a contar de 20/02/08.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 251, de 25/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 053/08,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **LORIS NASSAR CAMISÃO**, matrícula nº 3129, Licenças-Prêmio referentes aos quinquênios compreendidos entre 05/09/91 a 31/12/94 e 01/04/97 a 05/12/98, e de 06/12/98 a 25/02/99 e 01/03/99 a 12/12/03.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 252, de 25/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 36 de 18 de abril de 1991, **LICENÇA-PREMIO**, aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1568	Lucia Helena Coelho Prazeres	02/08/02	01/08/07	047/08
1671	Niraci Chiminelli	02/10/02	01/10/07	056/08
0437	Celia Maria Silva	08/01/03	07/01/08	100/08
1223	Regina Maura Santos Soares	05/05/02	04/05/07	112/08
1166	José Filomeno Neto	13/07/01	12/07/06	199/08
1236	Fernando Souza	23/06/02	12/08/07	214/08
1204	Marcos Faria Ferreira	01/05/00	30/04/05	215/08
1194	Flávio Pittigliani Vieira	29/03/02	28/03/07	216/08
1202	Otaviano Eduardo Pamplona	24/02/99	23/02/04	217/08
1304	Joênio Pires	03/10/02	02/10/07	255/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 253, de 25/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 36 de 18 de abril de 1991, **LICENÇA-PREMIO**, aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1282	Richard Silva	17/05/02	16/05/07	256/08
1268	Alberto José Silveira de Sá	17/06/02	16/06/07	258/08
1257	Zulmar Hermógenes Saibro	04/10/01	03/10/06	259/08
1256	Alexandre Luiz Soares	02/06/02	01/06/07	260/08
1248	Julio César Prates	03/06/02	02/06/07	261/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 254, de 25/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, a servidora abaixo relacionada passa a perceber o Adicional por Tempo de Serviço sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

NOME DO SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Maria Delma Alves	1808	3%	30%	29/02/08	0251/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 255, de 25/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, a servidora abaixo relacionada passa a perceber o Adicional por Tempo de Serviço sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

NOME DO SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Mauren Odete P. dos Santos	2385	3%	12%	19/12/07	2505/07

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 256, de 25/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o Adicional por Tempo de Serviço sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Zeli Estevam Tramontin	4585	3%	3%	31/01/08	159/08
Silas Antônio Vitorio Pereira	4581	3%	3%	31/01/08	160/08
Ricardo Krambeck Júnior	4570	3%	3%	31/01/08	161/08
Glaicon Inappolito Matos	4378	3%	3%	02/02/08	193/08
Tatiani Magalhães	4575	3%	3%	09/02/08	195/08
Edgard Novuchy Pereira Usuy	4621	3%	3%	29/02/08	236/08
Mario Agenor Prudêncio	4629	3%	3%	29/02/08	237/08
Lornarte Sperling Veloso	4608	3%	3%	29/02/08	238/08
Daniel Heyse Tavares	4603	3%	3%	29/02/08	240/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

PORTARIA Nº 257, de 25/03/2008- CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **LUIZ ARGEMIRO DE QUADROS**, matrícula nº 1151, por 90 (noventa) dias, a partir de 17/02/08.

PORTARIA Nº 258, de 25/03/2008- CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **SERGIO NEY SANTANA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 2122, por 30 (trinta) dias, a partir de 13/03/08.

PORTARIA Nº 259, de 25/03/2008- CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **NEUCY FERREIRA**, matrícula nº 0464, por 15 (quinze) dias, a partir de 15/03/08.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 260, de 25/03/2008 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **MARIA SALETE DE BEM URBAN**, matrícula nº 0599, por 17 (dezesete) dias, a partir de 28/02/08.

PORTARIA Nº 261, de 25/03/2008 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARGARETH BALSINI GENOVEZ**, matrícula nº 1439, por 30 (trinta) dias, a partir de 03/03/08.

PORTARIA Nº 262, de 25/03/2008 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **MARIA DO CARMO LOPES DOS REIS**, matrícula nº 1888, por 30 (trinta) dias, a partir de 06/03/08.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 013/08

Declara de utilidade pública a Associação Tubaronense para a Integração do Deficiente Visual - ATIDEV, de Tubarão.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Tubaronense para a Integração do Deficiente Visual - ATIDEV, com sede no Município de Tubarão.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de março de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 028/08

Declara de utilidade pública o Instituto Rã-bugio para Conservação da Biodiversidade, no Município de Jaraguá do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Rã-bugio para Conservação da Biodiversidade, com sede no Município de Jaraguá do Sul.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de março de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 030/08

Declara de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Regional da Costa Esmeralda e Balneário Camboriú, no Município de Itapema.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Regional da Costa Esmeralda e Balneário Camboriú, com sede no Município de Itapema.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de março de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 222/07

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Rio Sai-Guaçu, no Município de Garuva.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Rio Sai-Guaçu, com sede no Município de Garuva.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de março de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 451/07

Autoriza o Poder Executivo a destinar estruturas físicas e a incentivar parcerias com entidades privadas para a efetivação da atividade laboral por parte dos sentenciados do sistema prisional de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a destinar estruturas físicas e a incentivar parcerias com entidades privadas para a efetivação da atividade laboral por parte dos sentenciados do sistema prisional do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Para determinação da atividade e da remuneração dos sentenciados, serão considerados:

I - nível de instrução;

II - formação profissional; e

III - aptidão e capacidade individual.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder redução de ICMS às empresas privadas que, através de convênios com o Estado, passem a fabricar, reparar ou prover a manutenção de bens do trabalho prisional, seja no interior do presídio, seja em trabalho fora dele.

Art. 3º Os órgãos da administração direta ou indireta do Estado e dos Municípios adquirirão, prioritariamente, os bens ou produtos do trabalho prisional, na forma das Leis federais nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execuções Penais), e nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 4º O trabalho do condenado será remunerado, e como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva, nos mesmos termos das disposições legais contidas no artigo anterior.

§ 1º Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º A remuneração líquida não poderá ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo por mês de trabalho conforme a Lei nº 7.210, de 1984.

§ 3º A carga horária e as condições de trabalho serão definidas pela Lei nº 7.210, de 1984.

§ 4º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

I - à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;

II - à assistência à família;

III - às pequenas despesas pessoais; e

IV - ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nos incisos anteriores.

§ 5º Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio em Caderneta de Poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.

Art. 5º O trabalho do preso será certificado com um contracheque mensal no qual constará:

I - salário bruto recebido;

II - salário líquido;

III - quantia depositada em Caderneta de Poupança;

IV - dias trabalhados; e

V - dias de remissão.

Parágrafo único. Será enviada à Vara de Execuções Penais da Comarca das unidades prisionais que estiver cumprindo pena, uma relação mensal dos sentenciados e sua remuneração.

Art. 6º O Poder Executivo disponibilizará cursos profissionalizantes no âmbito das unidades do sistema prisional estadual, fornecendo certificados ao seu término.

Art. 7º As empresas privadas, que empregarem egressos do sistema penitenciário, terão assegurado, na forma da lei, o direito previsto no art. 2º desta Lei.

Parágrafo único. Para fazer jus a este direito, o número de egressos deverá ser, no mínimo, correspondente a 5% (cinco por cento) do total de trabalhadores da empresa.

Art. 8º Para garantir o direito constitucional à assistência familiar, fica o Poder Executivo autorizado a dispor de parcela da arrecadação obtida com o trabalho prisional para a família do detento arrimo de família.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de março de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 608/07

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Alto Águas Negras, no Município de Ituporanga.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Alto Águas Negras, com sede no Município de Ituporanga.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de março de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 634/07

Declara de utilidade pública a BRASPOL - Organização Cultural da Sociedade Brasileiro-Polonesa de Nova Erechim, com sede no Município de Nova Erechim.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a BRASPOL - Organização Cultural da Sociedade Brasileiro-Polonesa de Nova Erechim, com sede no Município de Nova Erechim.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Fica revogada a Lei nº 12.369, de 11 de julho de 2002.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de março de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PL/0634.7/2007

O Projeto de Lei nº PL/0634.7/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Braspol - Organização Cultural da Sociedade Brasileiro-Polonesa de Nova Erechim, com sede no Município de Nova Erechim.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Braspol - Organização Cultural da Sociedade Brasileiro-Polonesa de Nova Erechim, com sede no Município de Nova Erechim.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada da alteração ocorrida no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Fica revogada a Lei nº 12.369, de 11 de julho de 2002.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 19/03/08

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 652/07

Proíbe o uso de capacetes ou qualquer outro objeto que dificulte a identificação, em estabelecimentos comerciais e públicos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica proibida a entrada de pessoas em estabelecimentos comerciais, repartições públicas, agências bancárias, usando capacete ou qualquer outro tipo de objeto que dificulte a identificação.

Art. 2º Em postos de combustíveis e estacionamentos, o usuário de capacete ou qualquer outro objeto deve retirá-lo imediatamente após parar o veículo.

Parágrafo único. A pessoa que se recusar a retirar o capacete não será atendida, e a polícia poderá ser acionada.

Art. 3º Os comerciantes deverão afixar nos locais de entrada o aviso de que não é permitido entrar usando capacete ou qualquer outro tipo de objeto que dificulte a identificação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de março de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 661/07

Declara de utilidade pública a Associação dos Corredores de Rua de Joinville - CORVILLE, no Município de Joinville.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Corredores de Rua de Joinville - CORVILLE, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de março de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***